



Carlos Alberto Soares Alves

É LEGAL, MAS É MORAL?
Estudo do caráter adverso de perguntas
em entrevista televisiva a políticos

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-graduação em Estudos da Linguagem do
Departamento de Letras da PUC-Rio

Orientadora: Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira

Rio de Janeiro
Março 2020



Carlos Alberto Soares Alves

É LEGAL, MAS É MORAL?
Estudo do caráter adverso de perguntas
em entrevista televisiva a políticos

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Maria das Graças Dias Pereira
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Tânia Mara Gastão Saliés
UERJ

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial deste trabalho sem a autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Carlos Alberto Soares Alves

Graduou-se em Letras Português-Inglês e literaturas correspondentes pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2007. Concluiu o mestrado em Estudos da Linguagem pela mesma universidade, onde foi bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Ficha Catalográfica

Alves, Carlos Alberto Soares

É legal, mas é moral? : estudo do caráter adverso de perguntas em entrevista televisiva a políticos / Carlos Alberto Soares Alves ; orientadora: Maria do Carmo Leite de Oliveira. – 2020.

88 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2020.

Inclui Referências Bibliográficas.

1. Letras – Teses. 2. Entrevista Jornalística. 3. Perguntas e Respostas. 4. Contexto Político. 5. Análise da Conversa. I. Oliveira, Maria do Carmo Leite de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

À minha esposa, Giselle Andrade Alves, por estar ao
meu lado na trajetória da vida.

Agradecimentos

A Deus pelo maravilhoso dom da vida e por me permitir olhar para trás e ver uma trajetória repleta de conquistas.

À minha esposa, Giselle Andrade Alves, pelo apoio incondicional nesse período de dois anos e três meses, me dando suporte emocional e sentimental. Essa vitória é, definitivamente, NOSSA. Te amo.

À minha mãe, Honoria Soares, que representa o pilar de todas as minhas vitórias. Sua fé inabalável me ajudou a transformar os sonhos mais impossíveis em realidade.

À minha amiga e orientadora, Maria do Carmo Leite de Oliveira, que acreditou em mim mais do que eu mesmo quando me aceitou como seu bolsista PIBIC em 2005, e, após mais de uma década seguindo minha trajetória profissional, me recebeu de braços abertos no mestrado.

Aos familiares e amigos pelo amor, apoio e suporte, em especial à minha sogra, Claudete Andrade, por ter me incentivado tanto a voltar para a academia.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) por fazer parte de mais esse capítulo da minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio (PPGEL) a quem agradeço não só todo o conhecimento compartilhado, mas o carinho demonstrado a mim. Não poderia deixar de agradecer também aos Professores Paulo Gago e William Soares, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Linguística Aplicada (PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Discurso Interação e Práticas Profissionais, Ana Carolina, Carla Mirelli, Rony, Amanda Costa, Amanda Dinutti, Paulo Gago.

Aos amigos que a Força Aérea Brasileira me deu e que contribuíram para minha formação, em especial Estela, Wellington, Ricardo, Helaine Risques, Marisa, Marcia, Luciana, Fabiana, Débora, Sarah, Dione, Helenice, Perez, Lira, Fátima Nery, Milhorange, Raquel, Asseff, Roberta, Edson, Galaso, Oliveira, Renata e Elisângela. Sem o apoio e amizade de vocês, não teria conseguido.

À Francisca Ferreira de Oliveira, secretária do PPGEL, pelo profissionalismo, cordialidade, empatia e, acima de tudo, o sorriso no rosto que acalenta a alma nos momentos mais delicados.

Resumo

Alves, Carlos Alberto Soares; Oliveira, Maria do Carmo Leite. **É LEGAL, MAS É MORAL? Estudo do caráter adverso de perguntas em entrevista televisiva a políticos**. Rio de Janeiro, 2020, 88p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O caráter acusatório do jornalismo contemporâneo em entrevistas a políticos é objeto de estudo de analistas da conversa em contextos britânico e americano (CLAYMAN, 2001; CLAYMAN E HERITAGE, 2002; CLAYMAN et. at. 2007; HERITAGE, 2002). Contudo, até as eleições de 2018, esse tipo de jornalismo não era visto como uma prática comum no Brasil, dada a repercussão das entrevistas aos candidatos à Presidência na mídia impressa e nas redes sociais que levantou um debate acerca do papel dos jornalistas nesse tipo de interação institucional. Diante desse cenário, com o objetivo de contribuir para o entendimento do caráter adverso das perguntas, examinamos, neste estudo, o design de perguntas feitas pelos jornalistas para o então candidato Jair Bolsonaro, no programa Roda Viva da TV Cultura, à luz do arcabouço teórico-metodológico da Análise da Conversa. De modo geral, os resultados revelam que os jornalistas não usaram as perguntas para pedir informações, mas, sim, para mobilizar ações responsivas que podiam comprometer os objetivos políticos do candidato. Além disso, os entrevistadores lançaram mão de recursos que restringiam as possibilidades de resposta do entrevistado, independentemente do tipo de pergunta e de apresentar ou não um prefácio, limitando, assim, ações evasivas.

Palavras-chave

Entrevista jornalística; Perguntas e respostas; Contexto Político; Análise da Conversa.

Abstract

Alves, Carlos Alberto Alves; Oliveira, Maria do Carmo Leite (Advisor). **IT IS LEGAL, BUT IS IT MORAL? Study of the adversarial character of questions in broadcast News interview with politicians.** Rio de Janeiro, 2020, 88p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

The accusatory character of contemporary journalism in interviews with politicians has been object of study of conversation analysts both in British and American contexts (CLAYMAN, 2001; CLAYMAN E HERITAGE, 2002; CLAYMAN et. at. 2007; HERITAGE, 2002). However, until the 2018 elections, this kind of journalism was not seen as a common practice in Brazil, given the repercussion of interviews with presidency candidates in the press and in social media networks, which raised a debate about the role of journalists in this type of institutional interaction. In face of this scenario, we analyzed in this study the design of questions asked by journalists to the candidate, at the time, Jair Bolsonaro, in the TV program Roda Viva, by Culture TV, in the light of Conversation Analysis theoretical methodological framework, aiming at contributing to an understanding of questions' adversarial character. In general, results reveal that journalists did not use questions to request information, but, on the contrary, to mobilize responsive actions that could jeopardize the candidate's political goals. Besides, interviewers made use of resources that restricted interviewee's possibilities of answering, independently of the type of question or presence of not a preface, thus, limiting evasive actions.

Keywords

News interview; Questions and Answers; Political Context; Conversation Analysis.

Sumário

1. Introdução.....	11
1.1 Objetivos.....	14
1.1.1. Objetivo geral.....	14
1.1.2. Objetivos específicos.....	14
1.2. Relevância da Pesquisa.....	14
1.3. Organização da Dissertação.....	15
2. Pressupostos teóricos.....	16
2.1. A organização social na fala-em-interação.....	16
2.1.1. Os pares adjacentes.....	16
2.1.2. A organização de preferência.....	18
2.2. Estudos prévios sobre a sequência Pergunta e Resposta (P&R).....	20
2.2.1. A Primeira Parte do Par – A pergunta.....	20
2.2.2. A segunda parte do Par – A resposta.....	37
3. Metodologia.....	40
3.1. A Análise da Conversa Etnometodológica.....	40
3.2 Submissão do Projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa.....	43
3.3 O universo da Pesquisa.....	43
3.4 Os participantes.....	44
3.5 O levantamento e o tratamento dos dados.....	45
3.5.1 Procedimentos.....	45
4. Agendas de confronto entre o discurso e a prática.....	48
5. Ameaça aos valores democráticos.....	61
5.1. Racismo.....	61
5.2. Xenofobia.....	70

5.3. Segurança pública.....	71
6. Considerações finais.....	79
7. Referências bibliográficas.....	84

Lista de Quadros

Quadro 1 – Tipos de pergunta.....	25
Quadro 2 – Dimensões de construção da pergunta.....	26
Quadro 3 – Dimensões para interpretação de perguntas.....	32
Quadro 4 – Tipos de Prefácio.....	36
Quadro 5 – Resumo da preferência.....	39
Quadro 6 – Cenário do Roda Viva.....	44
Quadro 7 – Agendas de confronto entre discurso e prática.....	60
Quadro 8 – Ameaça aos valores democráticos – Parte 1.....	70
Quadro 9 – Ameaça aos valores democráticos – Parte 2.....	77

1.

Introdução

Historicamente, foi no século XIX que o jornalismo brasileiro abandonou o discurso de opiniões em favor do paradigma da objetividade, marcado pela aproximação da fonte (MARROCO, 2011). Nessa linha, surge a busca de uma aparente neutralidade seja na produção da notícia seja da entrevista. É claro que não estamos falando de uma tentativa romântica de busca pela objetividade, já que o ponto de vista de cada um desses profissionais acaba, de uma forma ou de outra, refletindo seus vieses ideológicos e políticos. Estamos falando, ao contrário, de uma mudança de paradigma com maior atribuição das informações a outros agentes que além do jornalista.

É nessa busca pela fonte que a entrevista toma forma e passa a ocupar uma posição fundamental para a profissão, criando uma interação na qual 3 diálogos ocorrem simultaneamente entre: o entrevistador e o entrevistado; o entrevistado e audiência (público: leitor, ouvinte, telespectador); e entrevistador e a audiência (FÁVERO E ANDRADE, 1998, p. 156). Apesar da centralidade dessa atividade para o fazer jornalístico, Pereira (2017) critica, com base num minucioso levantamento dos estudos sobre entrevista, a imprecisão conceitual desse gênero e a variabilidade de classificações dependendo do foco de exame.

Fávero e Andrade (1998), por exemplo, tomando em consideração as diferentes circunstâncias em que se realizam entrevistas, identificam os seguintes tipos: (i) as programadas das ocasionais; (ii) as de confronto, isto é as que apresentam acusações e contra-argumentos às respostas do entrevistado; (iii) a coletiva, da qual participam vários repórteres de veículos distintos; e (iv) a dialogal, a que é marcada com antecedência e permite o aprofundamento dos tópicos. Sem entrar no mérito da sobreposição entre os critérios de classificação, o que se observa é que faltam estudos empíricos para dar suporte às classificações de tipos de entrevista.

Do mesmo modo, o que se observa é que as posições dos manuais variam em função do que entendem como o papel do jornalista, a sua postura de aparente neutralidade. Um exemplo é a crítica de Lage (2012) às entrevistas de confronto. Para o autor, trata-se de uma “tática comum do jornalismo panfletário” no qual o

repórter assume o papel de “inquisidor”, atuando como “promotor em um julgamento informal” (p. 76).

Essa foi uma das interpretações dadas à entrevista ao candidato Jair Bolsonaro no Programa Roda Viva, da TV Cultura. Jornalistas e leigos se dividiram quanto ao entendimento de qual deve ser o papel do jornalista numa entrevista a políticos ou figuras públicas. Para Samuel Pessoa, jornalista da Folha de São Paulo, por exemplo, os entrevistadores do Roda-Viva confundiram “sua posição enquanto profissionais que buscam melhor informar a sociedade, com suas posições pessoais, seus valores, suas visões de mundo”. Já no caso da entrevista desse candidato ao Jornal Nacional, da Rede Globo, o jornalista Carlos Alberto Sardenbergue defendeu, em artigo publicado em O Globo, que “o papel do jornalista é justamente o de intervir, questionar uma resposta insatisfatória, relacionar a fala do momento a comentários passados e a atitudes do candidato”.

Entendemos, contudo, que essa posição de Lage acaba sendo demasiadamente demeritória, principalmente considerando que a atividade jornalística deve se adequar às mudanças político-econômico-tecnológicas contemporâneas. Em um mundo globalizado no qual grandes líderes mundiais discutem políticas de segurança nacional nas redes sociais e no qual as *fake News* transbordam em nossos *smartphones*, os jornalistas podem, sim, adotar uma postura menos passiva, ou menos neutra, frente às informações obtidas em seu fazer profissional. O problema é até que onde o jornalista pode ir para obter as informações almejadas?

A questão da normatização do papel dos jornalistas em manuais de comunicação é objeto de estudo de Emerim (2008) e contempla desde a linguagem corporal dos entrevistadores ao número mínimo de câmeras e mobiliário a serem utilizadas. Quanto ao comportamento dos jornalistas, a autora pontua que os manuais instruem os jornalistas a evitarem dar opiniões, demonstrarem admiração pelo entrevistado, deixando que o público tire as próprias conclusões. Além disso, recomendam que não se deve induzir respostas, nem interromper a fala do entrevistado de forma que os atrapalhe.

A polêmica revela que a prática de um jornalismo de confronto, em entrevistas a candidatos à Presidência do Brasil em 2018, ainda causa estranhamento na opinião pública brasileira. No entanto, no cenário internacional, a questão do caráter adverso em entrevistas a políticos ou figuras públicas não é

recente. Clayman e Heritage (2002a e 2002b) afirmam que, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, as perguntas jornalísticas se tornaram menos deferentes e mais agressivas na última metade do século.

Clayman (2010) nos chama a atenção para o fato de que durante 5 décadas de conferências de imprensa presidenciais americanas¹, “[...] práticas extremamente agressivas...”² (tradução nossa) como aquelas desempenhadas pelas perguntas negativo-interrogativas “tornaram-se recorrentes, se não, comuns”³ (p. 274). Clayman (2010) também nos mostram que as perguntas adversas e de justificativa aumentaram significativamente após administração do presidente Nixon.

Em um estudo específico sobre o uso das negativo-interrogativas em conferências de imprensa presidenciais americanas desde a década de 50, Heritage e Clayman (2013) nos mostram que, além do aumento do uso desse tipo de pergunta, a sua função básica era a de levantar assuntos adversos, prefaciados por informações igualmente adversas, tratadas como fatos. Para os autores, esses resultados “indicam uma disposição dos jornalistas em salientar problemas e falhas administrativas e cobrar explicações”⁴.

De acordo com Ekström et.al. (2013, p. 423), “Conforme os eleitores têm se tornado menos leais aos partidos políticos e mais instáveis em suas preferências, o impacto de tais eventos midiáticos tem aumentado”⁵. A entrevista ao candidato Jair Bolsonaro no Programa Roda Viva, da TV Cultura, por exemplo, alcançou o primeiro lugar mundial de audiência no Twitter. Some-se a isto o fato de que, dada a extensão territorial do Brasil e as diferenças socio-político-econômicas dos eleitores, por vezes, a entrevista jornalística é o único meio pelo qual estes têm acesso não só às propostas dos entrevistados, mas também às informações relativas às suas trajetórias políticas. Mas não são esses impactos ou a discussão sobre o papel do jornalista que motivam nossos interesses de pesquisa.

O que nos move é entender como se constituiu interacionalmente essa adversariedade percebida na entrevista do então candidato Jair Bolsonaro no Programa Roda Viva, que foi ao ar no dia 30 de julho de 2018 pela TV Cultura. O

¹ Tradução nossa, bem como todas as outras citações às referências escritas em língua inglesa.

² “[...]extremely aggressive practices [...]”.

³ “[...]have become recurrent, if not common place” [...].

⁴ “[...] indicate an increasing willingness on the part of journalists to highlight administration problems and failings and to hold the President to account.”

⁵ “As voters have become less loyal to political parties and more changeable in their preferences, the impact of such media events has most likely increased”.

que buscamos saber é: que recursos foram mobilizados pelos jornalistas para fazer perguntas e como o entrevistado, em sua ação responsiva, exibiu o que atribuiu como objetivo da pergunta, considerando seus objetivos políticos. Como nossa proposta se baseia no estudo da fala-em-interação, estamos adotando o referencial teórico-metodológico da Análise da Conversa Etnometodológica, doravante ACE (GARFINKEL, 1967; SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974).

1.1

Objetivos

1.1.1

Objetivo geral: contribuir para o entendimento do caráter adverso de entrevistas jornalísticas a políticos.

1.1.2

Objetivos específicos:

- i) identificar que perguntas são orientadas por uma agenda que pode colocar em risco os objetivos políticos do candidato;
- ii) descrever os tipos e formatos das perguntas considerando a noção de (des)preferência e as pressuposições envolvidas; e
- iii) identificar nas ações responsivas do entrevistado as inferências atribuídas às perguntas.

1.2

Relevância da Pesquisa

Ainda é raro, em português, pesquisas em jornalismo que adotem a perspectiva de microanálise. Ao propormos estudar a fala-em-interação, podemos examinar com uma lente de aumento a ação que cada participante realiza e como cada um se orienta na interação para o que o outro fez ao tomar o turno. Com essa abordagem, estamos olhando não só a organização da conversa, mas também como o caráter adverso é materializado linguisticamente. Além desse aspecto,

pretendemos, com este estudo, preencher uma lacuna na literatura sobre entrevista, no que se refere ao caráter adverso das perguntas.

Entendemos também que, num sentido mais aplicado, estamos contribuindo para a formação profissional do jornalista. Muitas das afirmações encontradas em manuais de jornalismo não são sustentadas por estudos empíricos. Os resultados deste trabalho podem servir de insumos para discutir o que contemporaneamente se entende como papel do jornalista, assim como para ter um melhor entendimento dos recursos linguísticos cuja mobilização nem sempre é consciente ou eficiente.

1.3

Organização da Dissertação

Esta dissertação foi organizada em 6 capítulos. No primeiro, introduzimos a área em que a pesquisa se circunscreve, seus objetivos e sua relevância. O capítulo 2 foi dedicado ao ferramental teórico utilizado para a descrição e análise dos dados, principalmente por abrangerem estudos similares em AC realizados outros países. O Capítulo 3 diz respeito aos pressupostos teórico metodológicos da AC e os procedimentos utilizados para a seleção, descrição e análise dos dados. O capítulo 4 foi dedicado à análise da coleção de perguntas voltadas para o confronto entre a forma como o candidato se apresentava e sua prática parlamentar. O capítulo 5, por sua vez, compreende a coleção de perguntas voltadas para posições polêmicas do entrevistado que contrapõe valores democráticos. Por último, o capítulo 6 foi reservado para as considerações finais, nas quais os resultados e contribuições para a área da Comunicação e para a AC são apresentados.

2.

Pressupostos teóricos

Neste capítulo, apresentamos as principais bases teóricas que fundamentam a análise empreendida. Na seção 2.1, introduzimos os principais conceitos da Análise da Conversa Etnometodológica que orientam este estudo sobre a fala-em-interação. Na seção 2.2, fazemos uma breve revisão dos estudos prévios sobre perguntas e respostas.

2.1

A organização social na fala-em-interação

A Análise da Conversa (AC) é uma tradição de pesquisa, desenvolvida por Harvey Sacks em colaboração com Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, que visa a compreender a organização das condutas sociais nas interações humanas mundanas e/ou institucionais, sejam elas face-a-face ou mediadas pela tecnologia. De acordo com Maynard (2013, p. 11), a AC “[...] representa nada menos que uma revolução ou uma mudança de paradigma nas ciências sociais”⁶.

2.1.1

Os pares adjacentes

O desenvolvimento da AC só foi possível quando Sacks (1989), ao analisar coleções de interações telefônicas de um hospital psiquiátrico, percebeu que, quando o/a atendente escolhia a forma de cumprimentar a pessoa que estava ligando para o hospital, ele estava ao mesmo tempo escolhendo as possíveis formas por meio das quais deveria responder àquela pessoa.

Sacks verificou também que essas interações ocorriam por meio de unidades e que essas, por sua vez, se organizavam em pares, como “Olá”, “Olá” (p. 217)⁷. Ele observou, ainda que, nessas interações, é possível criar um espaço para obter o nome daquele que liga ou perguntar diretamente: “Aqui é o Sr. Smith posso

⁶ “[...] CA represents nothing less than a revolution or paradigm shift in the social sciences”.

⁷ (1) A: Hello
B: Hello

ajudá-lo?”⁸ ou “Qual é o seu nome?”⁹. Contudo, essa última forma pode gerar *accounts* ou pedidos de *accounts*, ou seja, justificativas ou solicitações de justificativa para tal pergunta. Assim, Sacks (1984, p. 21) propõe um novo paradigma de estudos da interação, a AC, com base nas premissas de que:

As formas detalhadas por meio das quais as atividades sociais reais de ocorrência naturalística ocorrem são sujeitas à descrição formal. As atividades sociais [...] são ocorrências metodológicas. [...] Os métodos que as pessoas utilizam para produzir suas ações sociais permitem descrição de ocorrências singulares que são generalizáveis de formas intuitivamente não aparentes e altamente reproduzíveis e utilizáveis¹⁰.

Nesse sentido, conforme nos aponta Schegloff (1987, p. 102), a AC “está engajada, dentre outras coisas, com o estudo da organização da ação social”¹¹, que é realizada por meio da fala em interação “com base no caso a caso e de ação a ação”¹². Na mesma direção, Heritage (1984, p. 245) também nos apontam que o foco central de atenção da AC são as “formas por meio das quais elocuições realizam determinadas ações graças à sua posição e participação dentro de sequências de ações”¹³. Sacks chamou essas sequências de pares adjacentes.

De acordo com Heritage (1984, p. 245), a pesquisa sobre os pares adjacentes se baseia no conceito de “implicatura sequencial”¹⁴, segundo o qual um indivíduo ao falar, além de selecionar o próximo falante, “projeta um tipo de atividade, ou um conjunto de atividades, relevante a serem desempenhadas pelo próximo falante no próximo turno”¹⁵. Já o caminho inverso foi chamado por Schegloff (1968) apud Heritage (1984, p. 249) de “relevância condicional”¹⁶, expressa pela necessidade da produção de uma segunda ação após a produção da primeira. Seguindo essa lógica,

⁸ “[...] This is Mr. Smith may I help you [...]”.

⁹ “[...] what is your name?”.

¹⁰ “The detailed ways in which naturally occurring social activities occur are subjectable to formal description. Social activities [...] are methodical occurrences. The methods persons employ to produce their activities permit formal description of singular occurrences that are generalizable in intuitively nonapparent ways and are highly reproducibly usable.

¹¹ “[...] engaged, among other things, in the study of the organization of social action”.

¹² “[...] on a case by case, action by action, basis.

¹³ “[...] ways in which utterances accomplish particular actions by virtue of their placement and participation within sequences of actions.

¹⁴ “[...] “sequential implicativeness [...]”

¹⁵ “[...] projects a relevant next activity, or range of activities, to be accomplished by another speaker in the next turn.

¹⁶ “[...] Conditional Relevance [...]”

quando a resposta relevante não é fornecida, pode ser que o respondente ofereça “*accounts*” para a não adequação.

Além de nos mostrar quem será o próximo falante e as expectativas de ação relevantes, os pares adjacentes permitem ao produtor da primeira ação verificar se aquilo que intencionou falar foi compreendido pelo receptor ou não. E como nos apontam Heritage (1984, p. 255), somente a partir da segunda parte do par é que será possível verificar aquilo que foi interpretado e compreendido na primeira.

Nos dados ora analisados nesta dissertação, a noção de par adjacente (PA) será primordial para compreender que significados foram atribuídos pelo entrevistado às perguntas realizadas pelos jornalistas observando o modo como são realizadas as ações responsivas do entrevistado e as terceiras ações dos entrevistadores. Heritage (1984, p. 258) salientam que essa interpretação se apresenta na própria interação, após a Segunda Parte do Par Adjacente (SPP). Quando o entrevistado se alinha ao jornalista, a resposta dá continuidade à interação. Quando ele não se alinha, ele reorienta a sua fala para aquilo que pretendia dizer: “Qualquer ‘terceira’ ação, portanto, que implementa algum desenvolvimento ou trajetória ‘normal’ para a sequência, confirma tacitamente as interpretações exibidas na sequência até o momento”¹⁷.

2.1.2

A organização de preferência

Em se tratando de ação social, Drew (2013) salienta que as principais dimensões envolvidas na construção do turno são “o ambiente sequencial no qual uma ação é conduzida, as propriedades contextuais e a construção de um tipo específico de ação” (p. 145)¹⁸. Além disso, ele também nos chama a atenção para aquele a quem o turno é dirigido, já que essa mesma ação pode tomar formas diferentes de acordo com o receptor.

Pomerantz e Heritage (2013, p. 210) pontuam que essa sequencialidade é orientada por princípios geralmente implícitos, chamados em ACE de preferência.

¹⁷ “Any ‘third’ action, therefore, which implements some normal onward development or trajectory for a sequence, tacitly confirms the displayed understandings of each other’s actions.

¹⁸ the sequential environment in which an action is being conducted, contextual properties and the construction of a specific kind of that action.

Em seu artigo, os autores fazem uma revisão de estudos da área que tratam das formas por meio das quais os participantes se orientam para tais princípios em vários domínios. Primeiramente, falam da preferência relacionada às referências, lançando mão de um dos princípios de produção da conversa identificados por Sacks, o ajuste ao interlocutor, segundo o qual o produtor da fala deve se orientar para os receptores.

Posteriormente, abordam a preferência com respeito às ações conversacionais. Ao responder perguntas de sim e não, por exemplo, a preferência é que as respostas evitem desconformações em favor de conformação. E quando aquelas ocorrem, costumam ser “com atrasos e mitigadas”¹⁹, já estas, “sem atraso e com componentes ditos explicitamente” (p. 214). Por último, os autores abordam a preferência com respeito às ações iniciais, tais como evitar corrigir os erros dos outros explicitamente e abrir espaço para que alguém ofereça ajuda sem que o pedido seja feito, descrevendo um problema ou pedindo informação.

Pomerants e Heritage (2013) também chamam a atenção para situações nas quais há preferências cruzadas, como quando uma pessoa recebe um elogio. Existe a preferência em evitar a desconformação ao mesmo tempo em que se deve evitar o autoelogio. Uma das saídas emprega pelo alvo do elogio é a mitigação. Além disso, os autores apontam duas limitações nos estudos apresentados. A primeira delas diz respeito à generalização dos princípios de preferências para várias categorias distintas. Eles salientam que nem sempre a desconformação é evitada ou mitigada, como nas entrevistas televisionadas contemporâneas, nas quais a desconformação é esperada. A segunda crítica refere-se à crença de que um único princípio de preferência está atuando nos eventos interacionais. Ao responder a acusações, por exemplo, quando há atrasos na resposta, duas preferências podem estar em jogo “uma preocupação em evitar uma desconformação e em evitar culpa” (DERSLEY & WOOTTON, p. 387 apud POMERANTS E HERITAGE, 2013, p. 226)²⁰.

¹⁹ “[...] delays, mitigations [...] explicitly stated components”.

²⁰ “[...] a concern with avoiding disagreement and of avoiding blame”.

2.2

Estudos prévios sobre a sequência Pergunta e Resposta (P&R)

2.2.1

A Primeira Parte do Par – A pergunta

Há uma crença do senso comum de que um pedido de informação é realizado por meio de uma interrogativa marcada na escrita por um ponto de interrogação e na fala por meio de um padrão entoacional ascendente. Essa crença não leva em conta que interrogativas podem realizar outras ações, além da busca de informação, como testar o conhecimento do interlocutor, criticar uma ação realizada pelo outro, expressar sarcasmo.

Além disso, não leva em conta tampouco o fato de que a relação entre forma e função não é estática (Freed e Ehrlich, 2010, p.4) e que a busca de informação é apenas a função mais básica de uma pergunta (Heritage, 2002a). Assim, uma informação pode ser solicitada por meio de outros tipos de estruturas sintáticas, como as frases declarativas com entonação ascendente (QUIRK, et al. 1985). Em contrapartida, há exemplos de sintaxe interrogativa do tipo “como você pôde? que podem ser usadas para demonstrar indignação ou, ainda, acusar.

Uma evidência dessa sensibilidade ao contexto é apresentada por Heritage ao analisar uma interação entre duas amigas, Emma e Margie, em que falam sobre uma terceira pessoa, Pat, utilizando a estrutura sintática interrogativo-negativa:

- 1 Emm: =Oh honey that was a lovely luncheon I shoulda ca:ll'd you
 2 s:soo [:ner but I:]l:[lo:ved it.Ih wz just deli:ghtfu [:l. =
 3 Mar: [((f)) Oh:::] [()] [Well =
 4 Mar: =I wz gla[d y o u] (came).]
 5 Emm: ['nd yer f:] friends] 'r so da:rling,=
 6 Mar =Oh:::[: it wz:]
 7 Emm: -> [e-that Pa:t isn't she a do:[:ll?]
 8 Mar: -> [iY e]h isn't she pretty,
 9 (.)
 10 Emm: Oh: she's a beautiful girl.=
 11 Mar: =Yeh I think she's a pretty gir[l.
 12 Emm: [En that Reinam'n::

Quando Emma, na linha 7, utiliza a interrogativa para expressar sua avaliação sobre Pat, na linha 8, Margie também usa o mesmo tipo de pergunta para

concordar. Logo, Heritage conclui que ambas as interrogativas estão fazendo asserções ao invés de busca por informação.

Em um segundo exemplo, no qual duas irmãs, Lottie e Emma, falam sobre uma viagem à Palm Springs, Emma utiliza o formato interrogativo-negativo para avaliar e concordar com a afirmação da primeira quanto à beleza daquela cidade.

(2) [NB IV.10.R:1]

- 1 Emm: .h How wz yer tri:p.
- 2 Lot: Oh:: Go:d wonderful Emm[a,
- 3 Emm: -> [Oh idn't beautiful do:wn the:_e,
- 4 Lot: Oh:: Jeeziz ih wz go:rgeous::.
- 5 Emm: Wh't a nice wut time'djih git i:n. Jst a li'l whal ago?

Bolinger, 1957, apud Heritage 2002a, p. 1429, explica que dois elementos contribuem para a interpretação da forma interrogativo-negativa como asserção ao invés de pergunta. Trata-se da (i) combinação da hipótese de que Emma “possui conhecimento próprio sobre as atrações de Palm Springs”²¹ e da (ii) condutividade, definida como: “a predisposição do falante para um tipo de resposta particular [...] por meio da inversão da polaridade desta pergunta formulada negativamente para transmitir uma expectativa por uma resposta positiva”²²

Tendo em vista a natureza ubíqua do fenômeno interrogativo, seja no contexto jurídico, comercial, como em *call center*, ou jornalístico, a literatura sobre perguntas em contextos institucionais é bastante ampla. De acordo com Ehrlich e Freed (2010, p.3), esses estudos trazem duas grandes contribuições: em primeiro lugar, permitem que se percebam semelhanças e generalizações de fenômenos similares; e, em segundo, possibilitam compreender o uso e seu funcionamento desses fenômenos em discursos institucionais que estão sujeitos a “mudanças sociais sem precedentes”²³.

No que tange ao contexto jornalístico, especificamente, vários estudos interacionais tiveram as perguntas como foco central. Clayman (2001), por exemplo, analisa a dinâmica empregada por políticos para responder e resistir ou fugir das perguntas. Heritage (2002b), por sua vez, analisa o caso específico das

²¹ “[...]she has independent knowledge of the attractions of Palm Spring”

²² “[...] the conveyed predisposition of the speaker to a particular kind of response [...] by reversing the polarity of this negatively formulated question so as to convey an expectation for a positive response”.

²³ “[...] unprecedented social change[...]”.

interrogativas-negativas como veículo de asserções ao invés de busca por informação.

Enquanto essas pesquisas lidam com a dinâmica interacional das entrevistas a partir da observação das formas linguísticas utilizadas, outras têm se interessando sobre o modo como as perguntas em situação de entrevista vem tornando as interações mais antagônicas e agressivas. Clayman e Heritage (2002b), por exemplo, desenvolveram um sistema de análise de perguntas com o objetivo de medir o uso de maior ou menor deferência ou adversariedade quando os jornalistas interagem com políticos e figuras públicas.

Com base nesse mesmo sistema, Clayman et.al (2007) também analisaram o grau de agressividade das perguntas em duas entrevistas realizadas com os ex-presidentes dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower e Ronald Reagan a partir de um olhar diacrônico que inclui conferências de imprensa presidenciais de 1953 a 2000.

Esses estudos trazem muitas contribuições para o entendimento da ação atribuída pelo respondente a cada pergunta, já que como nos aponta Levinson (1992, p. 97), o tipo de atividade ou evento de fala no qual a pergunta foi feita é um dos fatores relevantes para o modo como elas são interpretadas pelo respondente. Clayman e Heritage (2002b, p. 770), por exemplo, salientam que, no contexto de entrevista jornalística, a interrogativa do tipo “Como você pode”²⁴ pode ser compreendida como acusatória e não como busca por informação. Heritage (2012b, p. 14), por sua vez, afirma que as partículas interrogativas (tag questions) também poderão desempenhar funções diferentes, de acordo com o domínio epistêmico relativo dos envolvidos na interação, podendo solicitar confirmação de algum fato ou atuar como um método para a obtenção de suporte para um ponto de vista (p. 14).

Em outro artigo, intitulado “The limits of questioning: negative interrogatives and hostile question content”, Heritage (2002a, p. 1432) nos reporta que, em uma interação no contexto da entrevista jornalística, ocorrida durante o intervalo de um painel de discussão das oitavas do impeachment de Clinton, a correspondente do jornal PBS NewsHour, Margaret Warner, pede a um dos comentaristas para fazer uma análise crítica sobre a estratégia utilizada por um dos

²⁴ “[...] how could you? [...]”.

promotores do Senado. Contudo, no excerto 4 daquele artigo, a jornalista utiliza formatos interrogativos que denotam um escalonamento de maior para menor condutividade e maior distanciamento: “[...] você não diria...? [...] você diria...? [...] você poderia...? [...] Poderia ter sido...?”²⁵.

As reações dos destinatários das interrogativas-negativas também evidenciam que eles não interpretam as perguntas como busca de informação. Em uma conferência de imprensa, a repórter Helten Thomas se dirige ao presidente Clinton, utilizando o formato interrogativo negativo para falar sobre as receitas arrecadadas para a campanha eleitoral do presidente. Em sua resposta, observa-se que o presidente não interpretou a pergunta como busca de informação, mas, ao contrário, como uma expressão de opinião. Baseado nesses exemplos, Heritage salienta que em contextos nos quais há conhecimento compartilhado, espera-se que a resposta às interrogativas-negativas seja sim, já que se espera por uma confirmação.

Apesar de entendermos que a pergunta pode desempenhar diversas funções e que outras construções sintáticas, além do interrogativa, podem buscar por informação, para os fins a que se destina essa dissertação, faz-se necessário apresentar os principais tipos e as dimensões relacionadas ao uso desse recurso interacional, a fim de facilitar a análise e a discussão dos dados. Assim, partimos do estudo de Stivers (2010) que faz uma descrição dos principais tipos de pergunta em inglês americano, além das ações que esses tipos desempenham nos dados por ela analisados. O foco da pesquisadora volta-se para os turnos que “buscavam por informação, confirmação e concordância”²⁶ (p. 2772). Ela, então, afirma que a conversa em língua inglesa envolve três tipos de pergunta: “as perguntas polares, as perguntas com pronomes interrogativos, e as perguntas alternativas”²⁷.

As perguntas polares são aquelas que exigem sim ou não como resposta. Os seus subtipos compreendem as interrogativas (aquelas marcadas pela inversão do sujeito e do verbo auxiliar), as partículas interrogativas (aquelas utilizadas ao fim de uma frase declarativa, construída negativa ou afirmativamente) e as declarativas (que, em língua inglesa, envolvem a sintaxe afirmativa, com entonação final ascendente, embora haja alguns casos com entonação final decrescente). Stivers

²⁵ “[...] Wouldn’t you say..? [...] Would you say[...] Might you say... [...] Could that have been...”

²⁶ “[...] turns that sought information, confirmation and agreement[...]”.

²⁷ “[...] polar questions, Q-word questions, and alternative questions [...]”.

salienta o fato de que a maior parte das perguntas declarativas presente nos dados, 87%, dizia respeito aos próprios respondentes ou a algo que eles deveriam saber, ou seja, eventos B. Apesar de não estarmos interessados em levantar dados estatísticos no presente estudo, boa parte das perguntas em entrevista jornalística a políticos são relacionadas a eventos que envolvem diretamente o respondente.

Vejamos, a seguir, um exemplo de cada subtipo de pergunta polar presente na pesquisa de Stivers. No caso da pergunta declarativa, Mike e Jess estão conversando sobre o preço da academia (p. 2774):

- 13 Mike:→ >you 'on' wanna d_o that, <
 14 Jess: No::t ((head shaking)) thuh six days uh wee:k_()
 15 But I mana I wanna d_o it,
 16 (.)
 17 Mike:→ Y'r not that committed?,
 18 Jess: Not to boxing, No,

As perguntas declarativas nas linhas 13 e 17 são facilmente identificadas em língua inglesa por meio da sintaxe e da entonação ascendente final. No caso da linha 13, essa entonação final é mais fraca e, por isso, marcada com uma vírgula, já o caso da linha 17 apresentou entonação ascendente final forte e por isso foi marcada com ponto de interrogação seguido de vírgula.

Em se tratando do subtipo interrogativo, um casal, Mark e Kim, estão conversando, quando Kim faz uma pergunta sobre os colegas de trabalho de Mark. Excerto 2 (p. 2774):

- 19 Kim: → So did anybody say anything about thuh bar tuhday?
 20 (2.0)
 21 Mark: Yeah,
 22 (.)
 23 Mark: Customers,

Aqui, a pergunta é marcada pelo uso do verbo auxiliar “did” e da alteração da forma declarativa “somebody” e “something”.

Por último, vejamos o subtipo de pergunta polar, a partícula interrogativa, que apresentou duas formas nos dados da pesquisadora, as oracionais, como “isn’t he” e as lexicais como “huh”. Observe o exemplo abaixo (p. 2775):

- 1 Jess: That’s kind of a lot for breakfast don’t=ya think?,
 2 Mike: Nah::, I thin’ iz- I think it’s great.

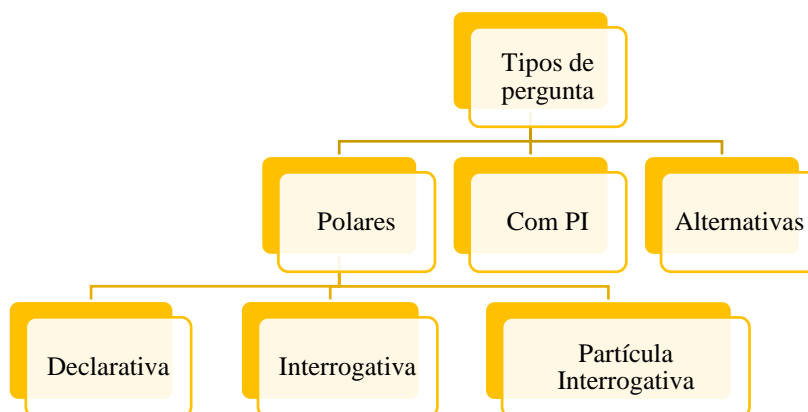
O segundo tipo compreende as perguntas com “Q”, que são formadas pelo uso dos pronomes interrogativo: como, quando, por que, quem, onde, qual e o que. Em língua inglesa, elas são chamadas de *WH-Questions* que são as iniciais dos pronomes interrogativos *Why, When, How, Which, Where*. O Excerto 4 (p. 2775) exemplifica esse tipo:

- 1 Jess: **How much** does it cost tuh just .) like (.) train.
- 2 (0.9)
- 3 Mike: Sixty nine,

O terceiro e último tipo de interrogativa é a alternativa, aquela que fornece uma escolha forçada entre duas opções (Excerto 5, p. 2775):

- 1 Lanie:→ Were you drunk or were you sober.
- 2 Mandi: You guys have uh good day:.
- 3 Ingrid: Bye: you too:.
- 4 Ingrid: I wasn't- I wasn't sober but ()
- 5 ((other speakers in the room distract Ingrid and Lanie))

Um dado interessante na pesquisa de Stivers é que ela apresenta algumas ações sociais desempenhadas pelos tipos de perguntas analisados, quais sejam, a busca por informação, a iniciação de reparo, a solicitação de confirmação, a avaliação, a sugestão, a oferta e pedido e outros como pré-anúncio e provocação. Nos dados analisados pela pesquisadora, as interrogativas alternativas, por exemplo, só desempenharam a função de busca por informação. Tal informação é relevante para vermos se esse perfil se mantém ou não no contexto de entrevista a políticos aqui em exame. O Quadro 1, a seguir, resume e ilustra os tipos de pergunta apresentados:



Quadro 1: Tipos de pergunta.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além dos tipos de pergunta, segundo Heritage (2010, p. 44), a compreensão das interrogativas leva em consideração 4 dimensões básicas envolvidas na sua construção: o estabelecimento de uma pauta (agenda setting), a incorporação de pressuposições, o posicionamento epistêmico e a preferência. O Quadro 2, abaixo ilustra as dimensões do ponto de vista dos médicos e dos pacientes:

DIMENSÕES DE CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA²⁸	
PERGUNTAS DOS MÉDICOS²⁹	RESPOSTAS DOS PACIENTES.³⁰
Estabelecimento de pautas ³¹ i) agendas tópicas ³² (ii) agendas de ação ³³	Conforma-se/ não se conforma com ³⁴ (i) agendas tópicas. ³⁵ (ii) agendas de ação.
Corporifica pressuposições ³⁶	Confirma/desconfirma pressuposições. ³⁷
Transmite posicionamento epistêmico ³⁸	Apresenta posicionamento epistêmico congruente/incongruente ³⁹
Incorpora preferências ⁴⁰	⁴¹ Alinha-se/desalinha-se às preferências.

Quadro 2: Dimensões da construção da perguntas

Fonte: Heritage (2010).

De acordo com Heritage (2010), a escolha de uma pauta envolve tanto o tipo de ação a ser desempenhada pelo respondente quanto o tópico a ser tratado. O autor salienta, no entanto, que nem sempre é fácil identificar essas características. Para ilustrar a questão, o autor apresenta a interação entre um médico e o filho da paciente:

- 1 doc: Is your mother alive,
 2 pat: No:.
 3 (1.0)
 4 pat: No: she died- in her: like late (.) fi fties: or:
 5 I'm not sure.
 6
 7 doc: -> Whe[re was her cancer.
 8 pat: [(-)
 9 pat: -> .hhh Well:- she lived in Arizona an:-' she _
 10 wouldn't go tuh doctor much. She only went
 11 to uh chiropracter. (h[u-)

²⁸ Dimensions of question design;

²⁹ Physicians' questions.

³⁰ Patients' answers.

³¹ Set agendas.

³² Topical Agendas.

³³ Action agendas

³⁴ Conforms/does not conform with.

³⁵ Topical Agendas.

³⁶ Embody presuppositions.

³⁷ Confirm/disconfirm presuppositions

³⁸ Convey epistemic stance

³⁹ Display congruent/incongruent epistemic stance

⁴⁰ Incorporate preferences

⁴¹ Align/disalign with preferences

12 doc: [Mm hm,
 13 pat: *-> [An:d she had:)/('t)
 14 *-> like- in her stomach somewhere I guess but (.)
 15 thuh- even- that guy had told her tuh go (into)
 16 uh m e dical doctor.
 17 doc: [Mm hm,
 18 pat: [.hhh An:' she had- Years before her- (.) m- uh
 19 hh m o ther in law: had died from: waitin' too-
 20 or whatever ya know (on-) in surgery, .hh an'

Em um primeiro momento, o paciente começa com uma narrativa que fala do lugar no qual sua progenitora morava, e, somente após a expressão de continuidade do médico na linha 12, é que a paciente fala sobre a parte do corpo onde o câncer se localizava. Heritage observa que houve uma conformidade com o tipo de ação solicitada pela pergunta, porém uma desconformidade com o tópico.

Quanto às pressuposições, Heritage (2010, p. 47) afirma que todas as interrogativas corporificam pressuposições sobre o estado das coisas às quais se referem. Em outro excerto, ele conclui que há dois tipos de pressuposição, uma linguisticamente marcada, e outras socialmente construídas:

8) [Cassell 1985 , 101]
 1 doc: What kind of contraception do you use?
 2 pat: None, since my menopause.

Observa-se que a interrogativa na linha 1 parte do pressuposto de que a paciente usa contraceptivos. Além disso, supõe que ela é sexualmente ativa, fértil e não quer filhos.

No que se refere à terceira dimensão, a episteme, Heritage (2010, p. 48) afirma que é possível verificar a posição epistêmica daquele que pergunta em relação à resposta, “particularmente em relação ao acesso que o entrevistado tem sobre a informação solicitada, a partir da construção das interrogativas”⁴². Assim, é possível diferenciar as interrogativas quanto aos gradientes de episteme variáveis entre os interagentes. As três interrogativas a seguir exemplificam diferentes níveis de conhecimento por parte do perguntador, já que o respondente é quem detém o direito ao conhecimento primário sobre o assunto:

Pergunta 1) interrogativas de sim/não: Você é casado(a)?
 Pergunta 2) declarativa + partícula interrogativa: Você é casada, não é?

⁴² “[...] particularly in relation to the questioner’s access to the information solicited [...]”.

Pergunta 3) perguntas declarativas de sim/não: Você é casado(a)⁴³.

As interrogativas acima foram apresentadas de forma crescente em relação aos graus de conhecimento do entrevistador sobre o assunto. Na primeira, provavelmente o perguntador não sabe sobre o estado civil do respondente, demonstrando menos conhecimento (C-). Na segunda, ele tem algum conhecimento, ainda que não esteja completamente certo. Na terceira, ele está apenas buscando por confirmação.

Heritage (2012) expande esse assunto no artigo intitulado “Epstemics in Action: Action Formation and Territories of Knowledge”. Segundo o autor, os interagentes podem ocupar diferentes posições no gradiente epistêmico – territórios de conhecimento ou domínios epistêmicos, nos termos de Stivers e Rossano (2010) – o que tem influência direta sobre o uso da morfossintaxe interrogativa e da entonação.

A partir desses níveis de conhecimento, Heritage (2012b) analisou “[...] o papel da forma gramatical na construção da ação social, focando nos turnos que afirmam ou solicitam informações”⁴⁴. O primeiro termo utilizado pelo sociólogo é o **status** epistêmico, definido como “[...] um conceito inerentemente relativo e relacional sobre o acesso de duas ou mais pessoas a algum domínio em dado momento no tempo”⁴⁵ (p. 4). Ele afirma ainda que esse acesso está sujeito a variações do domínio, do tempo e da interação. O segundo termo é a **posição (stance)** epistêmica, entendida como “a expressão do momento a momento dessas relações sociais, conforme administradas por meio da construção dos turnos de fala”⁴⁶(p. 6). Dessa forma, pode haver posições epistêmicas de desconhecimento ou de conhecimento de acordo com o domínio em questão.

Essas posições podem revelar que falantes com desconhecimento fazem perguntas enquanto aqueles com conhecimento fazem afirmações e esperam somente por confirmações. Contudo, essa relação pode ser desfeita em

⁴³ Q.1) yes/no interrogative: Are you married? Q.2) statement + interrogative tag: You’re married, aren’t you? Q.3) yes/no declarative question: You’re married

⁴⁴ “[...] the role of grammatical form in the construction of social action, focusing on turns that either assert or request information”.

⁴⁵ “[...] an inherently relative and relational concept concerning the relative access to some domain of two (or more) persons at some point in time”.

⁴⁶ “[...] the moment-by-moment expression of these relationships, as managed through the design of turns at talk”.

determinadas situações nas quais os falantes assumem deliberadamente uma posição epistêmica para parecer mais ou menos bem informados, como é o caso, por exemplo, de entrevistas jornalísticas, nas quais o entrevistador já levantou os dados sobre os entrevistados, mas precisa que eles próprios entreguem a informação ao público.

Heritage, então, analisa formatos de construção de turnos que comumente são associados ou à solicitação ou à entrega de informação, mas que, de acordo com o posicionamento epistêmico relativo dos envolvidos, podem desempenhar outras funções, são eles: a sintaxe declarativa; a entonação ascendente; as partículas interrogativas (tag questions); a sintaxe interrogativa-negativa; e a sintaxe interrogativa.

O pesquisador defende que a sintaxe declarativa poderá desempenhar a função de informar ou de solicitar confirmação sobre dada informação de acordo com o domínio epistêmico dos participantes; contudo, esse papel vai ser definido com base no turno de fala responsivo (p. 9). Ou seja, essa função não é dada de antemão pela forma, ao contrário, ela é construída na interação entre participantes com maior (+) ou (-) conhecimento sobre determinado assunto. O mesmo ocorre com a sintaxe declarativa com entonação ascendente, que pode ser compreendida como uma continuação da interação ou como uma pergunta (p. 12). Assim, o domínio epistêmico relativo dos participantes é que vai determinar a função de dada asserção nesse tipo de construção sintática.

A quarta dimensão abordada por Heritage é a preferência, “termo utilizado para lidar com a parcialidade e a inclinação das perguntas, cuja construção favorece ou sugere um tipo de resposta particular” (p. 51). Conforme nos apontam Schegloff e Sacks (1973), a pergunta enquanto primeira parte de um par adjacente (PPP) prefere um tipo de segunda parte de um par adjacente (SPP) relevante, ou seja, ela prefere um tipo de resposta. Raymond (2003, p. 942) também afirma que “os pares adjacentes enfatizam, dentre outras coisas, as restrições normativas que o tipo da primeira ação exerce sobre o tipo de ação responsiva. Um convite, por exemplo, prefere um aceite a uma recusa. Um cumprimento pode buscar por outro ou simplesmente provocar o interlocutor. Já uma interrogativa pode preferir uma confissão, uma concordância, um *account*.”

Ainda nesse sentido, Schegloff (1995, apud RAYMOND, 2003, p. 943) afirma que, quando o receptor se alinha à 1PP, ele oferece uma resposta mais (+),

também chamada de resposta preferida. Já quando se desalinha à IPP, oferece uma resposta menos (-)preferida/ despreferida. O primeiro tipo de resposta, geralmente, é dado imediatamente, enquanto o último, pode conter atrasos, silêncio, “accounts”, avaliações.

Clayman e Loeb (2018, p. 127) nos mostram que, quando as perguntas são feitas, elas também podem passar informação, principalmente, “convidando ou favorecendo determinada resposta”⁴⁷, graças à preferência, termo da AC, ou condutividade, termo da linguística. De acordo com esses autores, a preferência gramatical implícita na interrogativa “pode fornecer informações sobre a visão do entrevistador acerca do assunto em questão, do entrevistado e da situação social na qual estão envolvidos”⁴⁸. (p. 128).

Na entrevista jornalística com políticos, por exemplo, as perguntas polares de posicionamento político tendem a favorecer respostas que são sócio-politicamente problemáticas ao invés de mais favoráveis aos políticos. Tais perguntas estão interessadas em vincular os políticos a determinadas posições para fins de registro, pois eles próprios é quem tem que verbalizar suas opiniões. Elas são geralmente formadas como perguntas polares que nomeiam alguma posição para o político abraçar, como sugere um dos exemplos citados pelos autores “Você apoia o fundo federal para o aborto?”⁴⁹ (CLAYMAN E LOEB, 2018, P. 128).

Esses autores apresentam um quadro que mostra formatos sintáticos, ou subtipos de perguntas polares, e a preferência gramatical em contextos de entrevista jornalística com políticos. Abaixo, representamos as formas que preferem sim como resposta (p. 128):

Perguntas polares diretas: Você apoia isso? (com verbo auxiliar em inglês)⁵⁰
 Declarativas + partícula interrogativa negativa: Você apoia isso, não apoia?⁵¹
 Perguntas declarativas: você apoia isso? (sem verbo auxiliar em inglês)⁵²
 Perguntas interrogativa-negativas: Você não apoia isso?⁵³.

⁴⁷ “[...] inviting or favoring a particular answer [...]”.

⁴⁸ “This, in turn, can “give off” further information regarding the questioner’s view of the subject of inquiry, its addressee, and the social situation in which both are reflexively embedded”.

⁴⁹ “[...] Do you support federal funding for abortion?”

⁵⁰ straight polar interrogatives: Do you support that?

⁵¹ declaratives + negative tags: You support that, don’t you?

⁵² declarative questions: You support that?

⁵³ negative interrogatives: Don’t you support that?.

Em seguida, aquelas que preferem não como resposta de acordo com Clayman e Loeb (2018):

Declarativas negativas + partícula interrogativa positiva: você não apoia isso, apoia?⁵⁴

Perguntas declarativas negativas: você não apoia isso? (Sem inversão do verbo auxiliar em inglês)⁵⁵

Perguntas polares diretas com itens de polaridade negativa (qualquer, nunca, de forma alguma, etc.): Você tem alguma evidência qualquer para isso?⁵⁶

Apesar das semelhanças, a polaridade de cada formato varia. As negativas interrogativas, por exemplo, favorecem “sim” tão fortemente que podem ser tratadas pelo receptor como afirmando ao invés de buscando informação. Além da preferência gramatical, Clayman e Loeb salientam as preferências que dizem respeito ou àquilo que é socialmente normatizado e valorizado ou àquilo que os próprios participantes defendem. Os autores afirmam que a preferência social, embora nem sempre evidente contextualmente, pode ser explicitada por meio formulações discursivas e lexicais.

O exemplo trazido pelos autores representa bem essa preferência. A porta-voz do presidente Trump foi entrevistada a respeito de algo que ela disse incorretamente. De acordo com os autores, existe uma proibição normativa contrária ao uso da desinformação, assim, a interrogativa preferia um não como resposta. Existe no excerto, inclusive, uma reformulação que enfatiza a preferência pela negação, quando o entrevistador muda o termo incorreto para desinformação (p. 129):

- 1 IR: Have you or President Trump ever- ever said anything
- 2 incorrect?
- 3 (.)
- 4 IR: Ha- h[ave there any false- falsehoods coming from your mouths?
- 5 KC: [Absolutely: I did-
- 6 KC: Well I did this past weekend.=I regretted it tremendously. . .

Como nos apontam os autores, se por um lado a entrevistada contraria a preferência ao fornecer uma resposta positiva, oposta à norma, por outro, ao mesmo

⁵⁴ “negative declaratives + positive tags: You don’t support that, do you?”.

⁵⁵ “negative declarative questions: You don’t support that?”.

⁵⁶ “straight polar interrogatives with negative polarity items (any, ever, at all, etc.): Do you have any support for that at all?”.

tempo, ela demonstra “apreciação” à norma ao lançar mão de um elemento de desculpa, ao dizer que se arrepende de tê-la infringido. Nesse exemplo, tanto a preferência gramatical quanto a proibição normativa contra a desinformação preferem um não como resposta. Contudo, pode haver oposição entre preferência gramatical e social (cruzadas) no jornalismo adverso, com preferência gramatical que favoreça determinada resposta e preferência social que seja favorável para os objetivos políticos do entrevistado. O Quadro 3, abaixo, ilustra as dimensões para o entendimento das perguntas tratadas aqui:



Quadro 3: Dimensões para interpretação de perguntas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro elemento importante para a interpretação das interrogativas e das preferências por respostas específicas é o uso de prefácios. Conforme nos informa Heritage (2002a), perguntas prefaciadas são aquelas que são precedidas por uma ou mais declarações. Clayman (2010) define prefácio como um modo de elaboração que envolve a inclusão de asserções declarativas e geralmente bastante extensas. Tais prefácios parecem estender os limites do perguntar, mas eles são permitidos com base no fato de fornecerem um tipo de informação contextual que o receptor e a audiência da mídia precisam para entender a importância da pergunta e o porquê está sendo feita.

Clayman afirma ainda que, como os prefácios permitem aos jornalistas a estabelecer o contexto para a pergunta, eles têm a função de libertar os jornalistas dos confinamentos daquilo que já pode ser compreendido ou pressuposto no

contexto da entrevista àquela conjuntura. Logo, permitem aos jornalistas perguntar sobre toda sorte de assuntos – incluindo aqueles não relacionados aos comentários prévios do entrevistado. Assim, os prefácios facilitam a introdução da informação que contesta, desafia ou critica o entrevistado, que pode em troca operar como uma restrição à resposta do entrevistador.

Clayman e Heritage (2002) afirmam que esse tipo de prefácio faz parte da entrevista jornalística moderna, cuja função principal é contextualizar e fornecer relevância para as perguntas que os seguem, algumas vezes para o entrevistado e, geralmente, para o público. Veja o exemplo 3, a seguir:

- (3) [U.S. ABC Nightline: 22nd July 1985: South Africa]
 1 IR: P-> .hh Two- two m e mbers of your organization (.)
 2 Supp o sedly arrested tod a y :
 3 Q-> d'you feel in some d a nger when you go back

As informações constantes das linhas 1 e 2 permitem que o assunto se torne compreensível para a audiência. Em algumas ocasiões, os jornalistas precisam usar prefácios para reconstruir o contexto de uma resposta dada a outra pergunta, não sendo suficiente fazer uma simples *follow-up*.

Além de usar declarações prefaciais para contextualizar a pergunta, jornalistas também fornecem um contexto motivacional para a resposta do entrevistado. No exemplo a seguir (ROTH, 1998), a experiência pessoal do entrevistado é invocada para transmitir à audiência que a pergunta é relevante para ele:

- (6) [UK BBC TV Newsnight: 21 Oct 1993]
 1 IR: ...You as I say have been shot yourself in thuh-
 2 in thuh line of duty, ahm Let's just look at thuh
 3 question of a rm ing thuh police first of all.
 4 Is it your view that the police should now be
 5 armed?
 6 IE: .hhh But d efinately. .hhh Ahm we w- (.) have no
 7 rights as a society to expect young men to enter
 8 situations....

O fato de o entrevistado ter sido baleado tem um peso e um significado especial para o entendimento e para avaliação da audiência sobre a resposta do entrevistado. Em suma, as perguntas prefaciadas dão espaço de manobra para o entrevistador. Enquanto perguntas simples deixam a última resposta do entrevistado

como contexto para a próxima pergunta, as prefaciadas permitem aos entrevistadores escaparem dessa restrição e construírem um contexto baseado em suas próprias escolhas para a pergunta que vão fazer. Assim, há uma mudança no uso dos prefácios que costumavam contextualizar a audiência, para fornecerem justificativa e cobertura para um questionamento muito mais hostil e agressivo do que se podia imaginar nos anos iniciais da entrevista jornalística.

A esse respeito, Clayman e Heritage (2002) nos chamam a atenção para o fato de que os prefácios também podem ser utilizados como recurso para obter uma resposta específica. No exemplo, abaixo, fornecido pelos autores, é possível ver que existe uma preferência por uma resposta afirmativa (sim) por parte de Reagan, com base nas declarações de seus assessores:

(15) [Reagan 16 June 1981: 12]

JRN: S-> Mr. President, about 10 days ago your Chief of Staff said on a television interview program that he thought you were committed to running for a second term. And another aide of yours, Lyn Nofziger, has said virtually the same thing.

Q-> Can you tell us, sir, if you are committed to running for a second term?

Clayman e Heritage (2002b, p. 763), classificam os prefácios em inócuos⁵⁷ – aqueles que não são particularmente prejudiciais aos interesses políticos do presidente – e hostis – aqueles que são inclinados contra o presidente e sua administração.

Assim, eles afirmam que o exemplo 15, acima, seria inócuo, uma vez que apenas inclina-se em favor de uma resposta positiva de que Reagan vai, de fato, concorrer à reeleição no segundo turno. O exemplo 16, ao contrário, mostra um prefácio tendencioso que é bastante hostil, já que não só se inclina para uma resposta negativa (não), mas também é contrário aos objetivos políticos do presidente:

(16) [Reagan 11 Nov 1982: 20]

JRN: S-> Mr. President, evidence mounts that key weapons in your \$400 billion weapons

procurement buildup are in trouble. Navy testers say that the F-18, on which you'd spend \$40 billion, is too heavy for its major mission. Your closest military science adviser says that the latest basing plan for the MX won't fool the Soviets. The

⁵⁷ Apesar de compreendermos a diferenciação feita pelos autores entre prefácios hostis e inócuos, acreditamos que esse último termo não seja o mais apropriado, haja vista que os prefácios sempre terão uma função esperada por parte de quem o produziu e outra função interpretada por quem o recebeu, principalmente quando partimos de uma perspectivaêmica. Logo, as inclinações positivas ou não só serão percebidas pelo entrevistado durante a interação.

Pershing missile, on which NATO defense would depend, literally can't get off the ground. The antitank weapon the Army wants to buy seems to be ineffective against modern Soviet tanks. The Maverick missile can't find its targets.

Q-> I wonder whether in light of all these failures you have any reason to wonder whether a \$400 billion arms buildup is money well spent.

Os autores consideram a avaliação dos prefácios das perguntas como um dos primeiros indicadores de hostilidade, definida como comentários explicitamente críticos ao presidente e sua administração, afirmando que suas ações foram malconduzidas, ou enfatizando contradições entre ações e palavras, separações e desentendimentos dentro da administração e frases explicitamente contrárias ao que o presidente disse. Todo o resto, foi considerado inócuo.

Além da função inócua de contextualizar a audiência, Heritage (2002) nos mostra que os prefácios também podem ser usados para tornar a agenda mais complexa, restritiva e problemática. No excerto abaixo, um político conservador Britânico, Michael Heseltine, é questionado sobre sua opinião sobre laços mais próximos com a Europa, o que era um assunto conflituoso em seu partido:

(11) [UK BBC TV: Newsnight: 1989]

1 IR: .hh What Missus T hatch er has been saying: is that
2 there is a d an ger (.) .h of a s oc iali s t s u per s tate
3 being im p o sed (0.5) from B rus sels (0.2) and what
4 Mister Heath and o th ers are saying is (0.2) that
5 is (.) is an il l us ory fear.=
6 =Where do you: line up on that is:sue.
7 IE: Well: (eh) t ech nically, becaus:e (.) eh these
8 de c i sions are y :et to be t a: ken, it can go either
9 wa:y, ...(continues)

O prefácio aqui instrui a audiência sobre uma divisão no Partido, representada por dois de seus membros mais antigos. Ao invés de perguntar sua opinião sobre um “superestado socialista”, a estrutura convida o entrevistado a informar a que lado ele se alinha. O prefácio aqui descreve os parâmetros da disputa, tornando a natureza do dilema clara para a audiência, que pode nunca ter sabido nada sobre o assunto dentro do partido Conservador.

Além de iniciar agendas, as perguntas prefaciadas também podem incorporar pressuposições com diversos graus de explicitação. Uma vez que a proposição prefacial está em jogo, a pergunta subsequente pode ser construída com base naquela e pode incorporar outras pressuposições (HERITAGE, 2002b; e

CLAYMAN e HERITAGE, 2002a). No exemplo 19, apresentado pelos autores, o prefácio é o foco da pergunta, mas a sua veracidade não é pressuposta:

(19) [Eisenhower 5 Oct 1956: 1]

JRN: S-> Mr. President, Adlai Stevenson said in a civil rights speech in Harlem that you were trying to run on the Democratic record, that the Democrats started desegregation of the Armed Forces, and that the Republicans have made a brazen attempt to take credit for civil rights progress.

Q-> Would you care to comment on that, Sir?

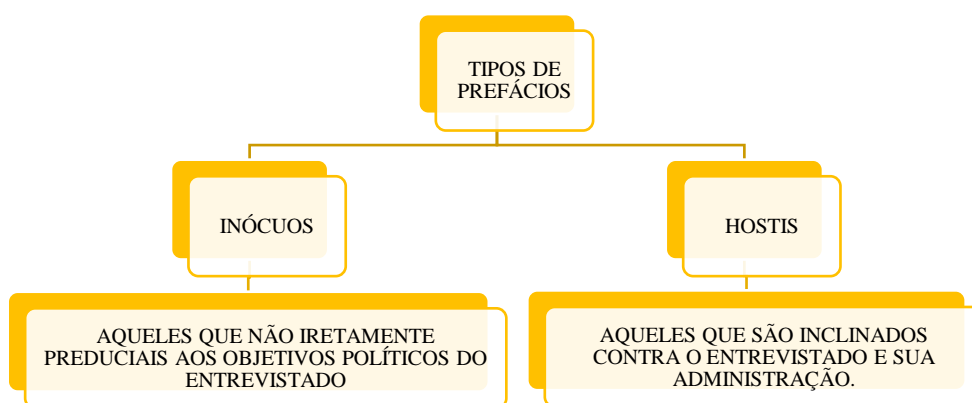
No exemplo abaixo, contudo, a pergunta pressupõe que o prefácio é verdadeiro. A pergunta não convida Reagan para comentar o prefácio, mas, sim, infere que ele é suscetível a pressões:

(20) [Reagan 16 June 1981: 14]

JRN: S-> Mister President, for months you said you wouldn't modify your tax cut plan and then you did. And when the business community vociferously complained, you changed your plan again.

Q-> I just wondered whether Congress and other special interest groups might get the message that if they yelled and screamed loud enough, you might modify your tax plan again.

Esse prefácio é mais hostil que o do exemplo anterior, no qual a informação não é considerada factual. Assim, a informação prefacial é menos suscetível a refutação. O Quadro 4, a seguir, apresenta os prefácios de forma sintetizada:



Quadro 4: Tipos de Prefácio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2.2.

A segunda parte do Par: A resposta

Como aponta Raymond (2003, p. 942), ⁵⁸“os pares adjacentes enfatizam, dentre outras coisas, as restrições normativas que o tipo de primeira parte do par exerce sobre o tipo de ação que o receptor deve realizar”. Como descreve Shegloff (1995), quando o receptor se alinha à 1PP, ele oferece uma resposta mais (+), também chamada de resposta preferida. Já quando se desalinha à 1PP, oferece uma resposta menos (-) ou despreferida. O primeiro tipo de resposta, geralmente é dado imediatamente, enquanto o último, pode conter atrasos, silêncio, “accounts”, explicações, avaliações.

Um resultado a que chega Clayman (2001, p. 403) é que, em contexto de entrevista jornalística a políticos, é comum que haja um comportamento evasivo do entrevistado, especialmente quando as perguntas envolvem conteúdo “depreciativo, incriminatório e hostil”. Nessa linha, Clayman (2001), analisando o contexto de entrevista a políticos, buscou identificar formas por meio das quais os entrevistados gerenciam suas respostas para resistir à agenda do entrevistador. O autor afirma que existem muitas pressões para que o entrevistado forneça uma resposta, mas dependendo do que e da forma como é perguntado, eles acabam assumindo o risco de tomar um curso diferente do esperado. Esse é justamente o foco do autor, compreender as práticas para administrar respostas que resistem à agenda do entrevistador.

Clayman (2001) adota o termo “‘evadir/evasivo’ para ações que são tratadas como respostas inadequadas pelos participantes da entrevista”⁵⁹ (p. 406). Ele apresenta, ainda, duas dimensões de resistência, uma negativa e outra positiva. A primeira ocorre quando o respondente deliberadamente se recusa a oferecer alguma resposta ou quando oferece uma resposta incompleta, seja respondendo à apenas uma das partes da pergunta seja simplesmente fornecendo uma negação ou confirmação. A última ocorre quando o respondente “diz ou realiza coisas que não foram especificamente solicitadas”⁶⁰ (p. 414).

Dentre as diversas práticas discursivas que os respondentes utilizam nas duas dimensões para resistir às agendas, o autor identifica aquelas em que a resistência é feita de forma direta ou implícita. No que diz respeito às diretas, o

⁵⁸ “The concept of ‘adjacency pair’ highlights, among other things, the normative constraints that the *type* of first action exerts on the *type* of action with which the recipient should respond”.

⁵⁹ I will reserve the term “evade0evasive” for actions that are treated as inadequately responsive by the interview participants

⁶⁰ “[...] saying and doing things that were not specifically called for”.

entrevistado lança mão de 3 formas de controle de danos: 1) demonstram deferência ao entrevistador, pedindo permissão para mudar de agenda; 2) minimizam a divergência, dando a entender que a mudança é “insignificante...com referência a ‘só um comentário’ ou ‘um comentário rápido’” (p. 418); e 3) explicam e justificam a mudança.

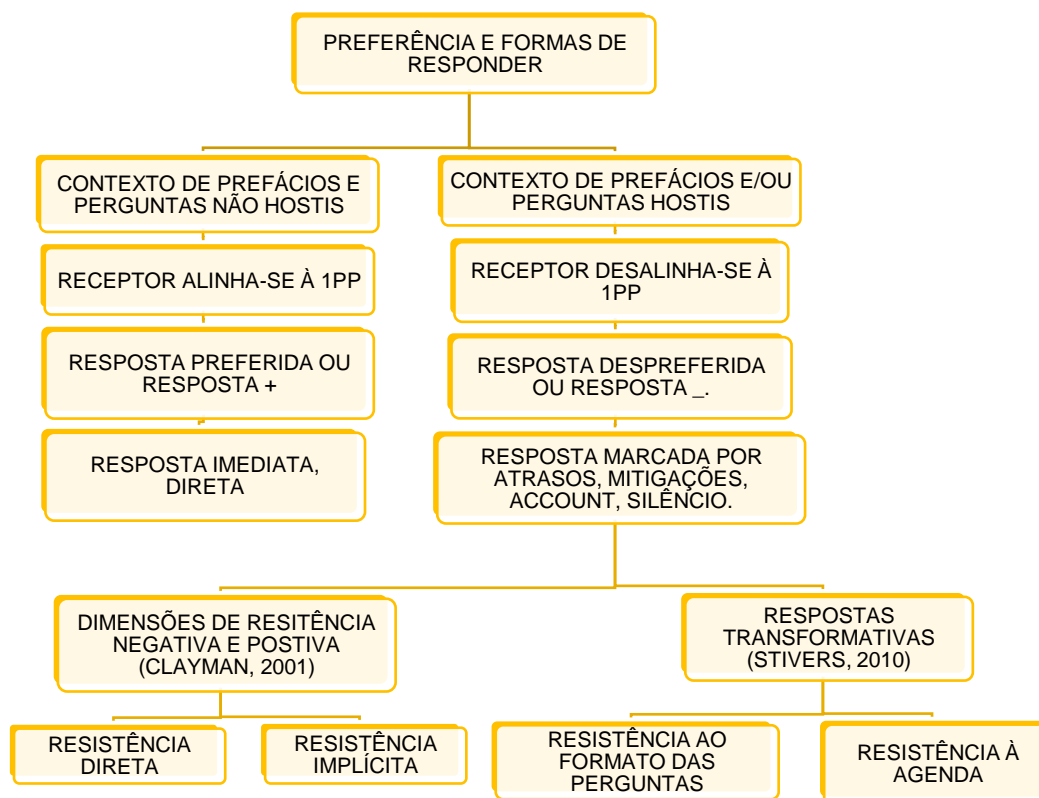
Já quando os respondentes resistem de forma implícita, “eles evitam qualquer reconhecimento explícito de que a mudança está em curso, podendo também tomar medidas para dissimular o fato”⁶¹ (p. 424). Nesse caso, duas estratégias foram apontadas pelo autor: 1) a repetição de palavras e pronomes anafóricos da pergunta, com o intuito de criar uma “camuflagem superficial para as manobras que são consideravelmente resistentes”⁶² (p. 425); e 2) o gerenciamento da pergunta, caracterizando-a ou referindo-se a ela, a fim de que se torne apropriada à resposta a ser dada (p. 428).

Stivers (2010) também identifica um outro modo de o respondente se ajustar às restrições impostas por perguntas hostis: as respostas transformativas. De acordo com a autora, elas operam de duas formas principais: a) respostas que resistem à formatação da pergunta, por meio de estratégias de especificação ou substituição de termos; e b) respostas que resistem à agenda, por meio da mudança de foco, viés ou pressuposições. No primeiro caso, o respondente se alinha à estrutura geral da pergunta, porém precisa fazer a alteração ou qualificação de algum termo. No segundo, o respondente lança mão do espaço da resposta, mas reage apenas a algum aspecto da pergunta inicial. A autora conclui que “com base no grau de ajuste necessário para (des)confirmar uma proposição, as transformações de especificação são menos resistentes à pergunta, enquanto as transformações de substituição são mais resistentes”⁶³ (2010, p.13). O Quadro 5 apresenta um resumo da preferência e as formas de responder de acordo com o conteúdo (não) hostil das perguntas e dos prefácios:

⁶¹ “[...] IEs avoid any explicit acknowledgment of the fact that a shift is in progress, and they may also take steps to conceal that fact”.

⁶² “[...] a kind of surface camouflage for maneuvers that are substantively resistant”.

⁶³ Based on the degree of adjustment necessary to (dis)confirm the proposition, specifying transformations resist the question to a lesser degree, whereas replacement transformations resist the question to a greater degree”.



Quadro 5: Resumo de preferência

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Neste capítulo, apresentamos o ferramental teórico que embasará a análise dos dados. A partir de uma perspectiva êmica⁶⁴, propomo-nos a analisar o que os participantes fazem na interação, como constroem significado para suas ações, considerando-se a postura epistêmica dos participantes, a agenda tópica do jornalista e o modo como o entrevistado lida com essa agenda.

Para tanto, buscamos, em relação à primeira parte do par adjacente, analisar os tipos de pergunta, a preferência projetada tanto na escolha das formas sintáticas quanto no conteúdo da pergunta, o uso ou não de prefácios, bem como seu conteúdo e (im)parcialidade explicitada nas pressuposições. Em relação à segunda parte do par adjacente, interessa-nos examinar o significado que o entrevistado atribui à pergunta do jornalista, considerando a (des)conformidade, a (des)preferência, à referência a elementos específicos da pergunta, referência ou não ao prefácio.

3.

Metodologia

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que embasam esta dissertação bem como os procedimentos de pesquisa. Para tal, trataremos dos seguintes assuntos: na seção 3.1, a abordagem teórico-metodológica da ACE; na seção 3.2, a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da PUC-Rio; na seção, 3.3, o universo da pesquisa; na seção 3.4, a descrição dos participantes; e na seção, 3.5, o levantamento e tratamento dos dados.

3.1.

A Análise da Conversa Etnometodológica

Conforme apresentado no capítulo 2, esta dissertação foi norteada pelos pressupostos teóricos da ACE, o que tem implicações em termos metodológicos. Uma delas é a adoção de uma perspectiva êmica, isto é, a que considera a perspectiva dos participantes sobre as ações, conforme eles a demonstram uns para os outros. Assumindo-se que a ação humana é necessariamente co-construída e intersubjetiva por natureza, os participantes exibem seus entendimentos do sentido de cada contribuição sucessiva na interação e vão ajustando esses entendimentos. O paradigma de pesquisa aqui adotado é, portanto, interpretativista. Contudo, mais uma vez reiteramos que não estamos partindo de uma visão romântica, assim, entendemos que o levantamento, a seleção e o tratamento dos dados implicam diretamente na voz do analista.

Outra característica basilar da ACE é a de partir de análises empíricas ao invés de conceituais, apoiando-se na premissa de que a fala em interação possui uma ordenação que orienta a ação dos interagentes. Dessa forma, conforme nos aponta Sidnell (2010, p. 28), o primeiro passo é o da observação: “A observação é central para a AC precisamente porque esta não tenta provar esta ou aquela teoria, mas, ao contrário, compreender e finalmente descrever com alguma tipo de linguagem formal algo no mundo”⁶⁵.

⁶⁵ “Observation is central to CA precisely because CA does not set out to prove this or that theory but rather to get a handle on, and ultimately to describe in some kind of formal language, something in the world”.

Para Sacks (1984 p.25), a observação se restringe a ocorrências naturalísticas, ou seja, a eventos que ocorreriam independentemente da vontade ou da interferência do analista (PSATHAS, 1995; CLAYMAN E GILL, 2012; WATSON E GASTALDO, 2015), os quais deveriam ser gravados e transcritos:

Por esta razão, o tipo de fenômeno com o qual eu lido são as transformações de ocorrências reais em suas sequências reais. Mas a minha pesquisa é somente sobre a conversa em sua forma acidental: a conversa é algo que nós podemos capturar os acontecimentos reais em fita e que podemos transcrever mais ou menos; a conversa é simplesmente algo com o que começar⁶⁶ (Aula 2, Outono de 1968).

A esse respeito, Clayman e Gil (2012) argumentam que o conceito de natural não é aceito na literatura sem problematização. Primeiramente, citam Labov (1972) com o “paradoxo do observador”, segundo o qual nunca se saberá como dada interação teria ocorrido sem a presença do pesquisador e/ou a de equipamentos. Contudo, os autores também fazem referência a Godwin (1981, p. 44) que afirma que os participantes já organizam seus comportamentos de acordo com a observação que receberão dos seus coparticipantes. Logo, Clayman e Gil (2012, p. 121) concluem que os efeitos desse observador são superficiais e duram pouco tempo, não atingindo o conteúdo da interação, visto que os interagentes acabam se voltando para “os objetivos práticos das suas vidas cotidianas”⁶⁷.

Outro aspecto importante dos estudos da fala-em-interação é a adoção de um modelo de transcrição que permite apresentar os dados com maior riqueza de detalhes possível e, ao mesmo tempo, com simplicidade para o público em geral (CLAYMAN e GILL, 2012, p. 122). O modelo clássico que estabeleceu convenções de transcrição foi o desenvolvido por Gail Jefferson, que buscou dar conta de detalhes que podem ser relevantes para a interação, como as pausas, os contornos prosódicos e até mesmo as risadas (CLAYMAN e GILL, 2012, p. 123).

No entanto, como alertam Watson e Gastaldo (2015, p. 92), a transcrição não substitui nem é considerada o dado em si, mas apenas uma ferramenta que

⁶⁶ Therefore, the kind of phenomena I deal with are always transcriptions of actual occurrences in their actual sequence. But my research is about conversation only in this incidental way: that conversation is something that we can get the actual happenings of on tape and that we can get more or less transcribed; that is, conversation is simply something to begin with⁶⁶ (lecture 2, fall 1968).

⁶⁷ “[...] as the participants become enmeshed in the practical concerns of their daily lives”.

possibilita a análise e a ilustração do mesmo para o leitor. Uma vez transcritos, os dados podem ser analisados com base em estruturas de atividade mais abrangentes, como “a consulta médica” e “a interrogação de testemunhas”⁶⁸ (CLAYMAN e GILL, 2012, p. 124), ou uma entrevista jornalística, como a aqui em exame.

A transcrição dos dados torna mais explícita a interação, entendida aqui como a inter-relação entre as sequências de turnos que se baseiam nos turnos anteriores, permitindo, assim, ao receptor incorporar aquilo que compreendeu do que lhe foi dito e, por sua vez, àquele que proferiu a 1PP, perceber se o receptor entendeu aquilo que intencionou dizer (DREW, 2013, p.131). Esse entendimento mútuo, ou inteligibilidade, depende diretamente da forma como o turno foi construído, o “design” do turno.

Já no que tange à análise propriamente dita, ela deve se dar com base em “propriedades específicas gerais (ex.:ações pareadas, sequências de narrativas, etc.) ou características de tipo específico (ex.:sequências de pergunta e resposta, sequencias de convites, sequências de entrega de notícias, etc)”⁶⁹. Após a análise das ações dessas sequências realizadas em um único turno, analisamos os detalhes de escolha vocabular, entonação, e linguagem não-verbal. (CLAYMAN e GILL, 2012, p .125).

Como base nas premissas expostas até aqui, o caminho metodológico que utilizamos resume-se, portanto, a:

- i) observação – “Nós sentamos com um fragmento de dado, fazemos várias observações e vemos aonde elas nos levarão” (SACKS, 1984, p.27);
- ii) gravação – “Não foi por nenhum grande interesse na linguagem ou por alguma formulação teórica do que deveria ser estudado que eu comecei com conversas gravadas em áudio, mas simplesmente porque podia botar minhas mãos nelas e eu podia estudá-las mais uma vez, sempre” (SACKS, 1984, p. 26);
- iii) transcrição – utilização de um modelo de convenções de transcrição, desenvolvido por Gail Jefferson que buscou dar conta de detalhes que

⁶⁸ “[...] ‘seeing a doctor for medical help or cross-examining a witness’”.

⁶⁹ “[...] generic sequential properties (e.g. as paired actions, story-telling sequences, etc.) or for type-specific characteristics (e.g. as question-answer sequences, invitation sequences, news delivery sequences, etc.).

podem ser relevantes para a interação como pausas, contornos prosódicos e até mesmo risadas (CLAYMAN e GILL, 2012, p. 123).

- iv) Análise com foco na sequencialidade das ações e em seus formatos, no design do turno, no posicionamento das elocuções, nas escolhas linguísticas e aspectos multimodais e na estrutura mais abrangente da atividade (no nosso caso, a entrevista jornalística a políticos).

3.2.

Submissão do Projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa

Apesar de esta pesquisa trabalhar com dados de acesso público, decidimos encaminhar o projeto da dissertação ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CI.VRAc. 59/2016), que não só o aprovou como apreciou a decisão tomada. Foram aqui observados os cuidados de integridade, autenticidade. Para evitar o risco de o material vir a ser indisponibilizado pela emissora para acesso público, asseguramos que uma cópia do conteúdo da entrevista será preservada por 5 (cinco) anos sob guarda e responsabilidade deste pesquisador e, posteriormente, descartada, conforme preconizado pela Resolução CNS nº. 466 de 12 de dezembro de 2012.

Asseguramos ainda que o material levantado é destinado apenas para fins de pesquisa e que esta pesquisa não foi apoiada por nenhuma agência de fomento nem por outro interessado. A motivação do estudo foi apenas de natureza teórica e aplicada.

3.3.

O universo da Pesquisa

Tendo sua primeira transmissão em 29 de setembro de 1986, o Roda Viva, da TV Cultura, é um programa de entrevistas e debates, transmitido pela TV e na internet por meio das redes sociais Facebook, Twitter e Youtube.

O cenário possui o formato de uma arena cujo centro é ocupado pelo (a) entrevistado(a), enquanto os entrevistadores convidados, de acordo com o tema, posicionam-se em volta dele(a) em um nível fisicamente mais elevado, conforme pode ser observado no Quadro 6, abaixo:



Quadro 6: Cenário do Roda Viva.

A cada pergunta, o entrevistado deve voltar-se para aquele(a) a quem o apresentador concede a palavra. As câmeras são posicionadas em todos os lados do cenário. Além dos jornalistas, também há a participação de um cartunista, responsável por fazer charges ao vivo durante todo o programa, e, às vezes, convidados deixam perguntas gravadas em vídeo.

No que diz respeito à série de entrevistas das eleições 2018, os seguintes candidatos foram entrevistados respectivamente: Marina Silva (30/04), Guilherme Boulo (07/05), João Amoedo (21/05), Ciro Gomes (28/05), Alvaro Dias (04/06), Henrique Meirelles (11/06), Manuela d'Ávila (25/06), Guilherme Affif Domingos (09/07), Geraldo Alchmin (27/07), Jair Bolsonaro (30/07) e Fernando Haddad (22/10).

Em tese, o objetivo das entrevistas foi permitir que todos os candidatos mostrassem suas propostas de governo e que os jornalistas fizessem perguntas que os levassem a se posicionarem sobre questões relevantes, para que aqueles que já tinham escolhido seu candidato pudessem confirmar ou mudar essa escolha; e para que os indecisos tivessem mais uma oportunidade para se decidirem.

3.4.

Os participantes

A entrevista ora analisada foi conduzida por Ricardo Lessa, então apresentador do programa, e contou com a participação dos seguintes jornalistas: Daniela Lima – Editora da Coluna Painel do Jornal Folha de São Paulo; Taís Oyama

– Redatora Chefe da Revista Veja; Maria Cristina Fernandes – Colunista do Jornal Valor Econômico; Bernardo Melo Franco – Colunista do Jornal O Globo; e Leonêncio Nossa – Repórter Especial do Jornal Folha de São Paulo e Paulo Caruso – Cartunista (responsável por fazer charges durante todo o programa). Além dos jornalistas, foram convidados especiais com perguntas gravadas o presidente da ONG Educação e Cidadania de Afro-descentes e Carentes (EDUCAFRO) e o Ex-ministro da Justiça José Gregório.

O entrevistado da noite foi o então candidato Jair Bolsonaro, que antes da candidatura foi deputado Federal pelo Partido Social Liberal (PSL), por 27 nos, apresentou propostas de governo controversas, dentre as quais destacavam-se: a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma do Estatuto do Desarmamento, a redução dos Ministérios e o combate à ideologia de gênero.

A escolha da entrevista com o candidato à presidência Jair Bolsonaro se deveu à repercussão desse programa com relação ao caráter adverso da entrevista. Nos dias seguintes à entrevista, jornalistas e leigos utilizaram as redes sociais e a mídia para criticar ou defender os jornalistas. Alguns jornalistas questionaram a eficácia da estratégia utilizada pelos entrevistadores para levar informação relevante sobre o programa de governo do candidato. Outros discutiram o papel do jornalista questionando a falta de uma aparência de neutralidade. Do mesmo modo, eleitores consideraram que a entrevista se assemelhou a um interrogatório policial e outros a uma prática associada à inquisição.

3.5.

O levantamento e tratamento dos dados

Os dados ora analisados são públicos e estão disponíveis no site da TV Cultura. O levantamento se deu por meio do link https://tvcultura.com.br/videos/65961_roda-viva-jair-bolsonaro-30-07-2018.html.

3.5.1.

Procedimentos

Por se tratar de uma entrevista jornalística televisionada, os dados gravados já estavam disponíveis tanto no sítio da TV Cultura quanto na página do Facebook,

precisamos apenas proceder à transcrição dos dados, sem ainda utilizar as convenções de transcrição da ACE..

Numa primeira etapa, os dados foram apresentados ao grupo de pesquisa Discurso Interação e Prática Profissional – DIPP, para observação sem direcionamento, buscando identificar o que eles nos diziam. Dessa *data session*, foi sugerido selecionar os dados cuja agenda tópica envolvia dois eixos temáticos: i) o confronto entre discurso do candidato e sua prática política com anos de experiência parlamentar; ii) as falas ou atitudes que comprometiam direitos constitucionais.

Selecionados os grupos de pergunta, procedemos à transcrição dos dados seguindo a tabela de transcrição de Gail Jefferson (1984), adaptada pelo Grupo de Pesquisa Fala-em-Interação da UNISINOS, apresentada abaixo:

Convenções de Transcrição – Aspectos Verbais

(1.8)	Pausa
(.)	Micro pausa
=	Fala colada
[Texto]	Fala sobreposta
'	Entonação contínua
↑texto	Entonação ascendente
↓texto	Entonação descendente
.	Entonação ascendente de UCT
?	Entonação descendente de UCT
-	Marca da interrupção abrupta da fala
::	Alongamento de sílaba
>texto<	Fala acelerada
<texto>	Fala mais lenta
TEXT0	Fala com volume mais alto
°texto°	Fala com volume mais baixo
<u>texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado

Com base nesse modelo, organizamos os critérios de análise:

- i) *design* do turno e tipo de pergunta;
- ii) recursos que marcavam o posicionamento epistêmico dos entrevistadores

- iii) e (não)conformidade e (des)preferência dos formatos das ações responsivas do candidato.

4.

As agendas de confronto entre o discurso e a prática

Neste capítulo, examinamos as perguntas circunscritas a uma organização por agendas orientadas para o contraste entre o discurso do candidato à presidência e sua prática ao longo de sua carreira política. Os confrontamentos se dão em relação ao discurso de combate à corrupção, de defesa de um Estado mínimo e de combate aos privilégios.

Aos 12'33'' de entrevista, após o candidato ter respondido à jornalista Daniela sobre a credibilidade das urnas eletrônicas, o jornalista Bernardo muda a agenda para corrupção. Questionando a legitimidade dessa bandeira, ele pergunta ao candidato sobre sua isenção ou participação mesmo que passiva. Apesar de serem comuns perguntas sobre tópicos críticos durante campanhas presidenciais, a forma como a pergunta foi construída possui algumas peculiaridades, como se pode observar no Excerto 1, a seguir:

Excerto 1:

01	BER.	o senhor tem criticado a política tradiciona:l, te:m
02		criticado a corrupção dos grandes partidos, [.hh]
03	BOL.	[m]
04	BER.	mas o senhor (.) é:: passou muitos anos no p-p de
05		paulo maluf, o senhor passou anos .hh no p-t-b do
06		roberto jefferson, .hh e até recentemente o senhor
07		era
07		visto com muita frequência ao lado do deputado (.)
08		ex-deputado >agora preso< °.hh° Eduardo Cunha. .hhh
09		queria lhe perguntá o seguinte o eleitor deve
10		acreditá (.) no candi↑dato que faz esse discurso de
11		outsider .hh ou no político que passou tanto tempo do
12		lado de gente que tá condenada por corrupção.
13		(.)
14	BOL.	a- primeiro raras vezes eu tive ao lado de Eduardo
15		Cunha, .h[hh gosta-
16	BER.	[não é verdade.] =
17	BOL.	=não. (0.7) eu gostaria de
18		ter estado <u>mais</u> vezes ao lado dele inclusive.
19		agradeço
19		a ele .hh a aprovação é:: do voto impresso. .hhh
20		((linhas omitidas))
21		petro↑bras. (0.4) .hh eu fui um do- o ÚNico deputado
22		entre MIL quatrocentos e vinte oito candida↑tos .hh
23		que não aceitô (.) doação da- de: de: de dinheiro da

24	j-b-s e friboi. .hh então não é porque eu tô naquele
25	meio ↑lá (.) que eu sou corrupto ou tenho essa
26	intençã:o .hhh (0.4) ou não sou aquilo que eu- na
27	prática eu represento.

O turno é iniciado por um prefácio por meio do qual o jornalista apresenta informações que serão usadas para contrapor o discurso do candidato de combate à corrupção (l.1-2) a uma trajetória política marcada pelo convívio com envolvidos em corrupção (l. 4-8). Observa-se que, nesse contexto, o prefácio não exerce a função de marcar estruturalmente um formato não preferido, porque ele não está adiando ou atenuando uma ação não preferida que vai ser realizada. Ao contrário, já coloca o entrevistado em uma situação delicada, que o contesta e o desafia (CLAYMAN, 2010), inclusive escalonando para cima sua proximidade com a corrupção, dado o seu pertencimento a partidos marcados por esse ato e suas relações amistosas com pessoas que foram presas por tal crime.

Some-se a isso o fato de que, após esse prefácio, o jornalista introduz uma pergunta do tipo alternativa (l. 9) que, longe de ser neutra, oferece apenas opções igualmente comprometedoras para os objetivos políticos do entrevistado e que não abre oportunidade para que ele contradiga as informações prefaciais. Assim, fica claro que a interrogativa, além de marcar o posicionamento epistêmico (C+) do jornalista, corporifica pressuposições prefaciais, projetando um alinhamento por parte do entrevistado (HERITAGE, 2002a; e CLAYMAN e HERITAGEb, 2002). Segundo esses autores, quando o perguntador demonstra saber sobre o assunto, ele não está em busca de uma informação desconhecida, mas sim de uma confirmação para seu argumento, que, no caso do Excerto 1, significa que a linha de conduta do entrevistado não sustenta o discurso de quem vai combater a corrupção.

No que diz respeito ao formato gramatical da pergunta, Heritage (2002) também nos informa que, dependendo do posicionamento epistêmico dos interagentes, as perguntas podem desempenhar outras funções. Apesar de não ter tratado especificamente das perguntas alternativas, com base no posicionamento epistêmico (C+) do entrevistador, a pergunta em tela parece estar, de fato, fazendo uma acusação. Contudo, tal conclusão só poderá ser confirmada no desenrolar da interação.

No turno responsivo (l. 14), o entrevistado oferece uma resposta não conformativa (RAYMOND, 2003, p. 946), isto é, não opta por nenhuma das

alternativas oferecidas, tendo em vista o caráter adversarial do prefácio e da pergunta em si, o que Clayman e Heritage (2002, p. 768) chamam de hostilidade global. Por tratar-se de uma resposta despreferida (POMERANTZ E HERITAGE (2013, p. 214), esta é mitigada e atrasada. Assim, o entrevistado procura inicialmente contestar o que é dito no prefácio, negando a proximidade com Cunha. O jornalista, por sua vez, ao apelar para os registros dessa proximidade (l. 16), confirma que a interpretação do entrevistado em se defender está correta (POMERANTZ E HERITAGE, 2013, P. 210).

Diante da contestação, o candidato acaba por admitir a proximidade (l. 18), destacando por meio de um *account* o trabalho de Cunha na preservação da transparência nas eleições do Congresso⁷⁰. Assim, ele tenta se alinhar a uma característica de Cunha que considera positiva enquanto se distancia da acusação de corrupção. Esse tipo de resposta, que visa a mudar as pressuposições da pergunta é chamada por Stivers (2010) de transformativa.

Interessante notar que a fala do jornalista na linha 16 reafirma seu posicionamento epistêmico (C+), deixando claro que não aceitará qualquer resposta. Ele está mantendo a mesma postura demonstrada no prefácio de apresentar informações que colocam o candidato em uma situação delicada junto à audiência, pois “não é verdade” equivale a que “é mentira”. Mesmo assim, sem escolher nenhuma das alternativas oferecidas, o candidato aponta para o caráter falacioso da pergunta, já que não concorda com o argumento de que quem vive no meio da corrupção é corrupto. Observa-se, portanto, que, ao se defender, o candidato demonstra que entendeu a pergunta do jornalista como uma acusação.

O jornalista, em contrapartida, persegue seu objetivo. Sem questionar os argumentos de defesa, introduz uma outra informação que retoma o envolvimento do candidato com a corrupção e, logo, reitera a interpretação do entrevistado:

Excerto 2:

01	BER.	e o dinheiro da j-b-s que entrô pro senho:r e o
02		senhor devolveu depois o partido .hh depositou
03		exatamente a mesma quan↑ti↓a
04		(.)
05	BOL.	°sim.°=

⁷⁰ Trata-se de uma das Propostas da Emenda à Constituição nº 113 de 2015, liderada por Cunha enquanto exerceu a presidência da Câmara dos Deputados de fevereiro de 2015 a julho de 2016.

06	BER.	=na sua conta.=
07	BOL.	=sim.
08		(0.4)
09	BOL.	.hh [olha só em] dois mil e catorze=
10	BER.	[fica quase-] =>muito claro que
11		foi uma doação disfarçada da ↑ não.=
12	BOL.	=calma.
13		(.)
14		eu te explico.
15		(.)

No excerto 2, o jornalista reitera que a fala do entrevistado não foi satisfatória, ao introduzir uma pergunta de busca aberta (KONRAD, 2018, p. 31) com conteúdo que contradiz a negativa de envolvimento com corrupção (l. 1-6). Essa terceira ação do jornalista confirma a interpretação do entrevistado (HERITAGE, 1984, p. 258) de que estava sendo acusado. Enquanto isso, o turno responsivo do candidato, iniciado em sobreposição (l.9), aponta para mais uma ação defensiva, no formato não preferido (POMERANTZ E HERITAGE, 2013, p. 214), com o adiamento da resposta (olha só) e um possível início de account (em 2014).

Contudo, a tentativa de tomada de turno é ignorada pelo jornalista, até que, nas linhas 10-11, especifica ainda mais a acusação por meio de uma declarativa seguida de partícula interrogativa negativa. O jornalista está, na verdade, em busca de uma confissão. A pergunta prefere um SIM porque Bernardo narrar que os recursos financeiros foram depositados na conta do entrevistado, marcando, assim, seu posicionamento epistêmico C+ e, em seguida, o acusa por meio de palavras que escalonam para cima o recebimento da verba: “muito claro que” (l.10), além de qualificar negativamente a doação “disfarçada” (l. 11).

Conforme nos apontam Clayman e Loeb (2018, p. 128), esse é um dos formatos sintáticos que geralmente são utilizados para preferir um SIM como resposta em contexto de entrevista jornalística. Heritage (2012) também nos chama a atenção para o fato de que esse tipo de formato pode solicitar confirmação de algum fato, dependendo do posicionamento epistêmico dos envolvidos na interação.

Assim, nos parece que o jornalista não está pedindo informações, mas, sim, perseguindo uma confissão com base em mais um fato que evidencia uma linha de conduta que não foi orientada pelo combate à corrupção. O entrevistado, contudo, mais uma vez, dá uma resposta não conformativa (Raymond, 2003), projetando um

outro ato não preferido, com adiamento da resposta (l. 12) e uma promessa de explicações (l. 14).

Temos, no Excerto 2, o fenômeno “perguntas em cascata”, descrito por Clayman e Heritage (2002b, p. 756), que consistem em, após terminar uma pergunta, oferecer uma segunda ou terceira versão que especifica e restringe ainda mais uma resposta aceitável. No nosso caso, na primeira versão, temos uma pergunta aberta que pede explicações sobre o recebimento de verbas. Já na segunda, observamos um pedido de confissão, já que a resposta preferida pelo formato gramatical e pelo conteúdo hostil é sim.

Outra agenda que foi tornada relevante para colocar em xeque o discurso do entrevistado como candidato e sua prática como político foi a econômica. Apesar de sua história como um político estatista, o candidato prometeu ao mercado que Paulo Guedes, um liberal, defensor do Estado mínimo, seria o seu Ministro da Economia. Vejamos o Excerto 3 abaixo:

Excerto 3.

01	THA.	mheh (.) .hh boa noite depu[tado.]=
02	BOL.	[>>boa noite.<<]
03		= .hh eu
04		vou mudá um pouco o tema (.) pra economia.
05		(0.4)
06	BOL.	[°tá.°]
07	THA.	[.hhh] (.) o senhor sempre que perguntado sobre o
08		assun↓to o senhor diz que não entende de economi:a (.)
09		e quem entende (.) é o (.) Paulo Guedes .hh um dos
10		seus coordenadores de campanha. (.) .hh MAS A↑í (.) caso o
11		senhor seja eleito (.) o presidente será o senhor e
12		não o paulo gue↓des evidentemente. (.) será (o) ministro
13		provavelmente. .hhh (.) mas (0.4) e daí se vocês
14		briga:rem eacabarem se divorcia:ndo pra usar uma
15		metáfora que o senhor gosta de usá (.) .hh metáfora
16		Como é que fica a política econômica. O senhor tem
17		um plano b? (0.4)
18	BOL.	>não< primeiro que eu duvido que a: (0.7) haver- que
19		poderá haver uma briga entre eu e o Paulo ↑Guedes. .hh
20		num primeiro momento conversamos muito, (.) °tá:° .hh
21		e eu acho que: em alguma coisa eu o conven↑ci.
22		(0.7)
23		a parte da é da- >d-< da política. (0.4) e ele em
24		grande parte >.hh< me influenciô na- na- no
25		{voz mais aguda{tocante à economia.}} .hh quantas
26		vezes >eu falei pra ele<

Dada a divergência de visão sobre o papel do Estado, a jornalista Thaís introduz um prefácio que marca seu posicionamento epistêmico (C+), primeiramente, contextualizando a audiência sobre o desconhecimento declarado do entrevistado sobre o tema econômico (l.7-9); em segundo lugar, sugerindo uma possível separação entre ele e o ministro da economia (l. 10-15); por último, introduz uma pergunta com PI (l. 16), seguida de uma especificação (l. 16-17), por meio de uma pergunta polar, cuja resposta preferida vai além de um sim ou não.

De acordo com Clayman e Loeb (2018, p. 128), o objetivo desse tipo de pergunta polar de posicionamento político é vincular o entrevistado a uma posição. Além disso, os autores afirmam que no contexto de entrevista jornalística a políticos, as perguntas polares geralmente exercem uma preferência gramatical pelo SIM como resposta. Todavia, esses analistas da conversa também nos chamam a atenção para a preferência social em jogo.

No caso da pergunta em análise, há uma preferência cruzada, pois, para os objetivos políticos do candidato, a melhor resposta nos parece ser o NÃO, tendo em vista que, caso ele respondesse sim, teria que explicar que tipo de posição assumiria, liberal ou estatizante, e, ainda, por cima, estaria confirmando as pressuposições do prefácio. Já caso respondesse que não tinha um plano B, assumiria a acusação de despreparo político e ao mesmo tempo negaria a divergência de visões sobre a economia anunciada no prefácio.

Salienta-se que, tal qual no Excerto 2, estamos diante de mais um exemplo de perguntas em cascata (Clayman e Heritage (2002b, p. 756), já que a segunda versão especifica e restringe o tipo de resposta esperada da primeira pergunta supostamente aberta. Face a essa situação restritiva, o entrevistado mais uma vez inicia o turno responsivo (linha 18) com uma resposta não conformativa (já que não respondeu nem SIM nem Não), já que se defendeu das acusações do prefácio, iniciando seu turno com um marcador de enumeração. Contudo, ao explicar a possível harmonia entre eles dizendo que houve convencimento e influência mútuas, deixou claro que não pensam da mesma maneira. A jornalista por sua vez, lança mão dessa resposta para insistir na busca da resposta esperada, conforme observaremos no Excerto 4 a seguir:

Excerto 4.

01	THA.	>tá certo.< só pra completá essa per↓gunta .hh >é< o
02		senhor então admite- o senhor tem um perfil (.)
03		bastante diferente. é como se um casa:l tivesse .hh
04		ã:: >não é< personalidades opostas. .hh o senhor (.)
05		era até pouco tempo estatí:stica estatista e: o Paulo
06		Guedes um liberal conhecido notório de Chicago. .hh
07		então as possibilidades que: s:urjam faíscas não são
08		pequenas né >casamento o senhor sabe como é< .hh >não
09		é assim uma coisa tão fácil de levá.< .hh então eu
10		repito o senhor tem um plano b (.) caso isso
11		aconteça.=
12	BOL.	=não não tenho um plano b nesse caso não
13		né..hh você pode

Thaís inicia o seu turno justificando que irá completar a pergunta, introduzindo um prefácio notoriamente hostil (CLAYMAN E HERITAGE, 2002), já que torna saliente a recente mudança de posicionamento político do candidato, conhecido estatista (l.5), em contraste com a escolha de um Ministro da Economia de perfil liberal, defensor do Estado Mínimo (l.6). Só após esse prefácio, ela retoma a mesma pergunta polar feita no Excerto 3 (l. 10). Vemos aqui a perseguição da resposta da pergunta de posicionamento político-econômico. Não basta que ela traga informações factuais para a audiência, é preciso que o candidato abrace uma posição publicamente Clayman e Loeb (2018).

Em seu turno responsivo, ele oferece uma resposta conformativa, porém de formato despreferido, já que é prefaciada por explicações sobre a origem da sua fama estatizante. Ele está, na verdade, se defendendo da acusação que recebeu. Ao final do turno responsivo do candidato, a jornalista ignora o *account* e focaliza novamente na breve resposta preferida de não ter um plano B, como podemos observar no Excerto 6:

Excerto 5

01	THA.	>deputado< [ENTÃO O SENHOR DIZ QUE NÃO TEM UM PLA]BO=
02	RIC.	[o senhor votou também contra-]
03	THA.	=B,
04		só pra- encer↑rá=
05	RIC.	=>>a tá vai<=<=
06	THA.	=>desculpa Ricardo.< .hh
07		então quer dizer que seus apoiadores tem que reZÁ pro

08		senhor e o senhor Paulo Guedes se darem muito be:m,
09		senhor Paulo Guedes continuar com saú:de porque do
10		contrário não temos plano b.=
11	BOL.	=para- para <a tristeza
12		da esquerda> (0.5) <dos estatizantes> nós não
13		morreremos não.

A jornalista inicia seu turno chamando a atenção da audiência para a falta de um plano B (l. 1). O moderador inicia um turno que aponta para mais um fato que evidenciaria a imagem estatista do candidato (l. 2), mas Thaís, desculpando-se, anuncia o encerramento da questão, com uma formulação irônica do que foi entendido da fala do candidato (l. 7-10). Ao que o entrevistado responde com outra ironia, afirmando o seu distanciamento de uma esquerda, esta sim, estatizante (l. 11-13)

Importante notar que tal qual na agenda de corrupção, na agenda econômica, conduzida por outra jornalista, existe uma perseguição pela resposta, já que a jornalista Thais faz a mesma pergunta 4 vezes (Excertos 3, linhas 16-17; 4, linha 10-11; e 5, linhas 1 e 10).

Outro ponto levantado para contrastar o discurso do político novo em relação às práticas do velho na política foi aquele que se refere aos privilégios de determinadas categorias profissionais. No Excerto 6, após o entrevistado ter respondido acerca de privilégios do funcionalismo público, a jornalista indaga-o sobre os privilégios que ele próprio recebe enquanto parlamentar.

Excerto 6:

01	DAN.	privilégios do parlamento. (.) [o senhor disse-]
02	BOL.	[tem bastante.]=
03	DAN.	=e-
04		exato. o senhor acha que algum é:: (.) é z-deveria
05		o-os >deputados e senadores deveriam abrir mão de
06		alguma co[isa?<]
07	BOL.	[olha] (0.9) se eu falá deveria se vo-
08		pode perguntár por que eu não abri mão..hh=
09	DAN.	=[exato.]
10	BOL.	[>>você pode ver.<<]
11		o ano passado (0.6) nós parlamentares recebemo
12		((linhas omitidas))
13		[eu economizei quase duzentos mil-]
14	DAN.	[por exem↓plo a folha fez uma]reportagem e o senhor ficô:
15		.hh é: o se- o senhor falô: mb-bastante sobre isso na

16		internet >um pouco irritado< eu vou retomá aqui e aí
17		[o senhor] pode explicá novamente. mas .hhh o senhor
18	BOL.	[(ã)]
19	DAN.	recebeu auxílio mo[radi:a] (0.5) [tendo um] imóvel.=
20	BOL.	[(ã)] [°sim.°] =sim.
21		.hh esse dinheiro (0.4) por exemplo >não é um que o
22	DAN.	senhor poderia< não ter usa:do=
23	BOL.	=olha [só]
24	DAN.	[se o se]nhor tem
25		[a sua ca:sa]
26	BOL.	[o que que diz a] câ-=
27	DAN.	=[não só a sua casa o senhor]
28	BOL.	[o que que diz a]
29	DAN.	[tem vários imóveis. mais de uma dezena de imóveis.]
30	BOL.	[l- a lei- o que que diz a legislação da]

A jornalista Daniela introduz a agenda sobre “privilégios do parlamento” (linha 1) e tem sua fala sobreposta pelo entrevistado afirmando o reconhecimento do excesso de privilégios (linha 2). Após concordar com a avaliação do candidato (“exato”, linha 3), a jornalista introduz uma pergunta polar (o senhor acha) que poderia apontar para uma resposta afirmativa dado o reconhecimento do excesso de privilégios e o discurso de um político que se distancia das práticas da velha política. Estamos diante de mais uma pergunta polar de posicionamento político em que é importante que o entrevistado declare publicamente de que lado está, a favor ou contra os privilégios (CLAYMAN e LOEB, 2018). Contudo, na linha 5, o candidato oferece uma resposta do tipo não conformativa e no formato despreferido, mostrando o seu entendimento do objetivo da pergunta: conferir a consistência do seu discurso de político novo, já que ele próprio não abriu mão (l.7 e 8), o que é também é confirmado pela jornalista (linha 9). Ao retomar o seu turno, o candidato oferece um *account* que o apresenta como alguém que poupa os recursos públicos (l. 10-13).

Na sua terceira ação, a jornalista introduz um prefácio no qual contextualiza a audiência sobre a relevância da pergunta. Ela retoma uma matéria jornalística e insiste na questão moral de receber um auxílio de que ele não necessita (l. 17). Novamente, verificamos que a jornalista afirma seu posicionamento epistêmico (C+) acerca do tema e da forma como o entrevistado reagiu a ele. Após a confirmação de Bolsonaro (l. 18), a jornalista introduz uma interrogativa negativa que, por suas características gramaticais, prefere uma resposta positiva

(CLAYMAN e LOEB, 2018), ainda mais quando acompanhada de uma série de informações factuais que escalonam a não necessidade do recebimento do auxílio moradia ((l.19 e 20): “tendo a sua casa...”, “você tem vários imóveis, mais de uma dezena de imóveis”. Trata-se, portanto, de uma pergunta globalmente hostil (CLAYMAN e HERITAGE, 2002, P. 768), conforme vimos no Excerto 1.

Em resposta a interrogativa acima, no Excerto 7, a seguir, o entrevistado mais uma vez oferece uma resposta não conformativa e de formato não preferido, já que se inicia por um *account*, que destaca a legalidade do recebimento de auxílio moradia, abandonando a questão moral relacionada à coerência entre o discurso do combate aos privilégios e à prática.

Excerto 7:

01	BOL.	[o que que diz a]
02	DAN.	[tem vários imóveis. mais de uma dezena de imóveis.]
03	BOL.	[l- a lei- o que que diz a legislação da]
04		câmara (.) tá certo? .hhh você pode morá num imóvel
05		((linhas omitidas))
06		E A TERCEIRA HIPÓTESE QUE A MINHA E É LEGA:L. .hhh
07	DAN.	[não É LE]GAL MAS [(ACHA) QUE É MO]RAL [ESsa é a]
08	BOL.	[SE VO-] [NÃO PERAÍ:] [ESPERA AÍ]
09	DAN.	pergunta.

Em seu turno responsivo, o candidato revela que atribuiu à pergunta um sentido de acusação moral, da qual ele se defende por meio do argumento da legalidade que o protege (l. 6). Na sequência, a jornalista concorda com a legalidade, mas introduz uma pergunta polar (l. 7) que explicita o objetivo de sua agenda ao falar de privilégios do funcionalismo público e do auxílio moradia. Mais uma vez, fica claro o que nos falam Heritage (1984) sobre o papel da terceira ação em confirmar as interpretações feitas pelos interagentes. E mostra também como a pergunta do jornalista não tem por objetivo pedir uma informação que ele desconheça, mas sim levar o entrevistado a assumir a incoerência entre discurso e linha de conduta.

Uma das agendas abordadas no programa que mais coloraram em evidência o contraste entre o novo e velho na política diz respeito à atuação parlamentar do entrevistado. A pergunta a ser analisada no Excerto 8, a seguir, ocorre após o entrevistado ter respondido a afirmações do jornalista Bernardo de que estava sendo acusado de corrupção. Apesar de abordar novamente o tema econômico, o foco

agora volta-se para chamar a atenção do eleitor para a forma como o candidato se apresenta:

Excerto 8

01	BER.	= [>deputado<] o senhor não me
02	DAN.	[>deputad-<]
03	BER.	deixou concluir a pergunta. eu queria sabê é o
04		seguinte .hh é:- o senhor passô:: o senhor está no
05		sé:timo mandato de deputado fede↓ral=
06	BOL.	=sim.
07		(0.6)
08	BER.	é: o senho:r durante esses tempo to↓do .hh é: desempenhō suas
09		funções de parlamentar (.) uma das mais importantes
10		é votá o orçamento, (0.5) fiscalizá o uso do dinheiro
11		público °.hh° pelo governo federal. .hhh agora
12		>quando o senhor se apresenta como candidato< o senhor
13		diz que não entende na:da de econo↓mia que vai passar
14		No posto ipiranga (.) pra sabê o deve decidi:r, o que
15		deve assiná..hhh é:: nesses vinte e oito anos o senhor
16		(0.4)nunca se preocupô em se prepará prum assunto tão
17		importante que f-interferia no seu mandato?=
18	BOL.	=eu nunca
19		integrei a comissão de orçamento da câmara.
20		((linhas omitidas))
21		[assim como NU:NCA IN]TEGREI A COMISSÃO
22	BER.	[nunca passô >o tema °econômi-°<?]
23	BOL.	DE SAÚ:DE.
24		((linhas omitidas))
25	BER.	[mas em VINTE E OITO ANOS NÃO DEU TEMPO?]
28	BOL.	[AGORA .hh VOCÊ FALA EM FICALI]ZÁ .hhh
29		{gaguejando{ã- dãi-}} a última c-p-i que funcionô na
30		câ↓mara tem mais de: de- de- de vinte anos (.) [nada]

O jornalista começa seu turno com uma formulação (l. 1) que tem a função de evitar com que o entrevistado o interrompa novamente. Em seguida, o jornalista constrói um prefácio hostil (CLAYMAN E HERITAGE, 2002) no qual faz um escalonamento para cima no que diz respeito ao tempo de carreira parlamentar do entrevistado, “sétimo mandato” (l. 5), “todo esse tempo” (l. 8) em contraste ao despreparo do candidato para gerir o orçamento: “diz que não entende nada de economia” (l. 13).

A pergunta polar, introduzida na linha 15, é construída de forma a restringir fortemente a resposta do entrevistado. Gramaticalmente, ela aponta para a preferência de um “não” como candidato a resposta, já que incorpora as

pressuposições do prefácio. Conforme nos apontam Clayman e Loeb (2018, p. 127), a preferência gramatical implícita na interrogativa “pode fornecer informações sobre a visão do entrevistador acerca do assunto em questão, do entrevistado e da situação social na qual estão envolvidos”. (p. 128). Ademais, o posicionamento epistêmico (C+) do jornalista deixa claro que o entrevistado não pode oferecer qualquer resposta, correndo o risco de ser contestado.

Em segundo lugar, o uso do verbo “preocupar” (l.16) implica afirmar que o candidato não se preparou para o tema econômico, apesar de ter tido tempo suficiente e ter desempenhado funções parlamentares que envolvem conhecimento econômico. Caso o entrevistado responda “sim”, ele irá se contradizer, já que afirmou durante toda sua campanha e durante a entrevista, inclusive, que não domina o tema. Assim, segundo a classificação de Clayman e Heritage (2002), estamos mais uma vez diante de uma pergunta globalmente hostil, já que tanto o prefácio quanto a pergunta trazem consequências negativas diretas para os objetivos políticos do entrevistado.

Em seu turno responsivo, o entrevistado mais uma vez adia a resposta à pergunta, contestando partes do prefácio. De acordo com Clayman (2001, p. 403), em contexto de entrevista jornalística a políticos, esse tipo de comportamento evasivo é comum principalmente “quando as perguntas são depreciativas, incriminatórias e hostis em essência”⁷¹. O jornalista, no entanto, persegue a resposta esperada, produzindo, em sobreposição, e, por meio de uma formulação extrema (linha 22), uma nova versão da pergunta que invalida as contestações apresentadas.

A terceira ação do jornalista (l. 22) confirma a interpretação do entrevistado de se defender, porque acaba evidenciando a trajetória normal da sequência (HERITAGE, 1984, P. 258). Esse percurso de normalidade é reiterado na linha 25, novamente em sobreposição, quando o jornalista faz mais uma pergunta polar focando no tempo de 28 anos, conforme podemos observar na transcrição dos dados, quando Bernardo aumenta o tom de voz e a acentua as sílabas “VIN” e “TEM” (l.25). O entrevistado, por sua vez, ignora a pergunta e continua reagindo a um aspecto do prefácio (l.10), desviando a agenda para o tema de corrupção. Stivers (2010) afirma que a mudança de agenda é o tipo mais resistente de resposta

⁷¹ “[...] questions that are unflattering, incriminating, or otherwise hostile in character”.

transformativa quando o entrevistado precisa se ajustar às restrições da pergunta. O Quadro 7, a seguir, apresenta os resultados das análises realizadas nesse capítulo:

AGENDAS DE CONFRONTO ENTRE DISCURSO E PRÁTICA					
NUMERO DO EXCERTO	1	2	3, 4 e 5	6 e 7	8
AGENDA	CORRUPÇÃO	CORRUPÇÃO	ECONOMIA	PRIVILÉGIOS DO PARLAMENTO	ATUAÇÃO PARLAMENTAR
PREFACIO HOSTIL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
INCORPORA PRESSUPOSIÇÕES DO PREFACIO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TIPO DE PERGUNTA	ALTERNATIVA	BUSCA ABERTA	POLAR	POLAR, E INTERROGATIVO-NEGATIVA	POLAR
POSICIONAMENTO EPISTÊMICO DO JORNALISTA	C+	C+	C+	C+	C+
AÇÃO PREFERIDA DO ENTREVISTADO	CONFISSÃO	CONFISSÃO	POSICIONAMENTO	POSICIONAMENTO E CONFISSÃO	CONFISSÃO
RESPOSTA DO ENTREVISTADO	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA

Quadro 7: Agendas de confronto entre discurso e prática

Podemos concluir que o candidato atribuiu às perguntas dos jornalistas o sentido de uma acusação, o que o levou a produzir ações de natureza defensiva. Com relação aos jornalistas, observou-se que, diferentemente do que ocorre em outros contextos de entrevista, a resposta satisfatória foi perseguida por meio de novas versões da pergunta inicial, não dando espaço para fugas. Some-se a isso o fato de que todos os tipos de perguntas em exame, prefaciadas ou não, polares ou alternativas, foram construídas de modo a impor respostas que ameaçavam os objetivos políticos do candidato.

5.

Ameaça aos valores democráticos

Neste capítulo, examinamos algumas perguntas orientadas para posições de Bolsonaro que geraram polêmicas na opinião pública por se contraporem aos princípios de um Estado Democrático de Direito. Nessa linha, contemplamos, nas seções seguintes, perguntas envolvendo racismo (seção 5.1), xenofobia (seção 5.2) e segurança pública (seção 5.3).

5.1.

Racismo

Como descrito na metodologia, as perguntas no programa Roda Viva são feitas não apenas pelos jornalistas presentes, mas também por outros participantes que foram convidados a enviar perguntas para o entrevistado. O Excerto 09, a seguir, ocorre após o intervalo comercial, quando Ricardo Lessa, apresentador do programa, anuncia que irão ouvir à gravação da pergunta do Frei Davi, coordenador da Organização não governamental EDUCAFRO:

Excerto 09

01	FRE.	candidato (0.6) pesquisas (0.4) >das universidade<
02		revelam que (0.7) <os> cotistas brancos, negros, e
03		indígenas (0.7) estão com notas iguais ou superiores
04		.hh ao da classe média (.) que não usou (0.7) a cota.
05		(1.1) candidato (1.4) caso eleito (0.8) COmo o senhor
06		PENsa em (otimizar/utilizar) (0.5) essa fan>TÁstica
07		política< (0.4) de ação afirmativa (0.5) no Brasil.
08		(0.7)
09	BOL.	.hhh é fantástica pra ele pra mim não.
10		((linhas omitidas))
11		[por]que essa política de nos dividir no Brasil de
12		brancos e negros,.hh de homens e mulheres,nordestinos
13		e-.hh e sulis[ta, homossexuais e (asexuais)]
14	MAR.	[e o que que senhor propõe pra resgatá]
15		a dívida da escravidão deputado.=
16	BOL.	= (MAI/NÃO É-) QUE
17		↑DÍVIDA. EU NUN- EU- EU NUNCA: NUNCA ESCRAVIZEI
18		NINGUÉM NA MINHA VI[DA. que dívida é essa.]
19	DAN.	[↓não o senhor não mas o pa]ís

O convidado, Frei Davi, inicia seu turno com um prefácio (l. 1-5) no qual contextualiza a audiência sobre informações favoráveis à política de cotas para o ingresso nas Universidades Públicas. Segundo a classificação de Clayman e Heritage (2002), poderíamos considerar o prefácio em pauta como inócuo por não ser explicitamente prejudicial aos objetivos políticos do candidato. Contudo, seu conteúdo torna a agenda mais complexa e, assim, restringe as possibilidades de resposta, já que é de conhecimento de todos que o candidato não é favorável à política de cotas e já fez algumas declarações racistas. Além disso, não seria coerente fazer observações negativas em relação àquela política quando os resultados apresentados são positivos.

Somente na linha 5 é que Frei Davi introduz uma pergunta com PI, que, apesar de ser aberta, restringe a resposta do candidato, uma vez que corporifica as pressuposições do prefácio (Heritage 2002; Clayman e Heritage, 2002b) de manutenção da política, dados os resultados positivos apresentados, o que justifica o qualificador “fantástica” (l. 5).

Contudo, conforme nos aponta Clayman (2001), o entrevistado assume o risco de tomar um curso diferente. Ele ignora completamente o fato de o Frei Davi ter falado de “brancos, negros e indígenas” e produz, na linha 9, uma ação despreferida (POMERANTZ E HERITAGE, 2013) e não conformativa (RAYMOND, 2003), introduzindo uma pergunta retórica do tipo Q (l. 11-13) como *account* para a divergência de opinião: a divisão do país. Segundo (HERITAGE, 2012), esse tipo de pergunta não é feita para ser respondida, mas para provocar o ouvinte ou fazer acusações. No nosso caso, ela parece ter o primeiro objetivo, o de mobilizar audiência a crer que a política de cotas acaba segregando ainda mais as pessoas.

Em sobreposição, a jornalista Maria Cristina introduz, então, uma outra pergunta do tipo aberta (l.14), pressupondo que o candidato sabe o que programa de cotas busca resgatar, no caso dos negros, a dívida da escravidão. Mais uma vez, o candidato dá uma resposta não conformativa, discordando da pressuposição de que ele é responsável (l.17) por essa dívida encerrando o turno com outra pergunta retórica (l, 18). Em sua ação responsiva, a jornalista atribui ao candidato uma postura de C+, informando que a dívida é do país que ele pretende governar.

Observa-se aí mais uma vez o papel das pressuposições na busca das respostas que levem o entrevistado a assumir publicamente suas posições. Observa-se também que os jornalistas podem, para os mesmos fins, tratar perguntas retóricas como pedidos de informação de quem não tem conhecimento, informação.

No excerto 10, a seguir, podemos ver como se dá o desfecho dessa interação que começou com a pergunta de Frei Davi sobre a política de cotas:

Excerto 10

01	RIC.	[ma- resumindo então.]
02		o senhor vai (.) <u>terminar</u> com as [co:tas,]
03	BOL.	[não.]
04		{ <i>aspirado{i}</i> } olha não posso falá que eu vou terminá
05		porque depende do parlamento. pelo menos diminuir
06		o per[centual]
07	RIC.	[mas vai propor]
08		(0.6)
09	BOL	propor quem s- quem sabe a diminuição do percentual.
10		((linhas omitidas))
11		PELO AMOR [DE DEUS VAMO ACABÁ COM ESSA DIVISÃO NO
12		[((jornalistas concorrendo para a próxima
13		BRASIL.]
14		pergunta))]

Ricardo Lessa então lança uma pergunta polar que prefere uma resposta afirmativa, já que foi construída de forma conclusiva (l.2). Conforme já vimos no capítulo anterior, trata-se de uma pergunta polar de posicionamento político, já que favorece uma resposta SIM que, sem dúvida, é socio-politicamente problemática, cabendo ao entrevistado, afiliar-se ou não a ela (CLAYMAN E LOEB, 2018). No entanto, o candidato oferece uma resposta despreferida e não conformativa (l. 4), introduzida por um marcador de atraso “olha só” seguida de um *account*.

A intenção do jornalista se confirma quando, mesmo após o entrevistado ter respondido que iria pelo menos tentar diminuir as cotas (l. 5-6), o jornalista reformula sua pergunta polar (l. 7) “mas vai propor”. Ele precisa que o entrevistado se comprometa, se posicione mais diretamente. Como essa pergunta está atrelada à primeira, Ricardo está, na verdade, se referindo a propor acabar com as cotas e não a reduzi-las. Porém, se o candidato oferecer uma resposta conformativa, pode perder muitos votos.

Conforme nos mostram Pomerantz e Heritage (2013), duas preferências estão em jogo para o entrevistado, evitar a desconformidade e evitar posicionar-se de forma negativa aos seus objetivos eleitorais. Tanto que no turno responsivo (l. 9), o entrevistado modaliza a possibilidade de propor uma redução das cotas, mas não de acabar com elas. Por fim, ele deixa claro que não é favorável à política de cotas, mas de forma indireta, já que acredita não que tal política não se trata de uma dívida para com os afrodescendentes, mas, sim, de um privilégio, cujo efeito é a divisão entre negros e brancos (l. 11-13).

O excerto ilustra, portanto, mais uma característica de perguntas antagônicas: a de perseguir a resposta pretendida, por meio de novas formulações da mesma pergunta.

O próximo Excerto apresenta outro momento da entrevista no qual a jornalista Thaís inicia seu turno com um *account* para retomar a questão do racismo e de outros preconceitos, após o entrevistado ter respondido a perguntas sobre privilégios de aposentadoria dos policiais.

Excerto 11

01	THA.	=[é só- era só]
02	RIC.	[a::]
03	THA.	[pra:] retomá aquele assunto que não foi terminado.
04		.hhh >é:< eu queria só queria lembrá que apesar
05		d-das suas negativas hoje mesmo o jornal suíço
06		Tribune de Geneve.hh disse que o senhor (.)
07		chamô o senhor de homofóbico,.hh misógino (.)
08		e racista. .hhh senhor chamô o senhor de (.) o
09		"trump brasileiro". .hhh ã: sabemos que (.) o Trump é
10		(.)que pro senhor >alguém o senhor admira< e eu >
11		gostaria de sabê< o quê que o senhor tem >na sua
12		opinião< em comum com o presidente americano e
13		no quê que o senhor difere dele.
14		(0.6)
15	BOL.	>olha ↓só< primeiro (1.1) se eu sou racista eu tinha
16		que tá preso. (0.5) eu não tenho imuni↑dade.
17		((linhas omitidas))

Para demonstrar seu desacordo quanto à negativa do candidato de ser preconceituoso, a jornalista traz a voz de um jornal internacional com acusações ao entrevistado (l. 4 a 7). Nesse sentido, a profissional se desresponsabiliza pelo que é dito, embora a seleção da informação evidencie uma orientação para levar de novo

o candidato a assumir sua postura preconceituosa em relação sexo, raça, etc. O discurso relatado vai servir, portanto, para a construção de um argumento lógico (l. 9-10) que associa o candidato ao Presidente dos Estados Unidos, um político cujo perfil é assumidamente preconceituoso. Assim, o prefácio não tem a função de evitar desconformações; ao contrário, como salientam Pomerantz e Heritage (2013), em contextos de entrevistas jornalísticas contemporâneas, essa desconformidade é esperada. Trata-se de uma inversão das noções de preferência.

Após esse prefácio hostil (CLAYMAN e HERITAGE, 2002), a jornalista introduz uma pergunta com PI (l. 10-12) que corporifica as pressuposições do prefácio (HERITAGE, 2002; 2010; CLAYMAN e HERITAGE, 2002), pois não oferece oportunidade para que ele as negue. Além disso, a forma como foi construída restringe as possibilidades de resposta porque discordar das semelhanças implica distanciar-se de Trump, a quem tanto admira. Apresentar diferenças vai na mesma direção.

A esse respeito, Clayman e Heritage (2002) afirmam que os prefácios tendenciosos podem exercer a função de projetar uma resposta esperada. Além disso, Heritage (2002) também nos mostra que os prefácios podem tornar a agenda mais problemática. Este parece ser o caso no Excerto 11, afinal Trump é a referência, o modelo que o candidato quer seguir. Contudo, ao mesmo tempo essa referência também tem a fama de “homofóbico, misógino e racista”. Logo, concluímos que a jornalista não está buscando por informação, mas sim por uma confissão, já que deixa claro seu posicionamento epistêmico (C+), com a matéria do jornal internacional e com as pressuposições incorporadas do prefácio, já que não abre oportunidade para o entrevistado contestar.

A ação responsiva do candidato é de novo não conformativa e mais uma vez orientada apenas para uma das informações do prefácio: no caso, o racismo (l. 13-14). A resposta mostra também que o entrevistado está atribuindo à pergunta do jornalista um sentido de acusação, o que o leva a se defender, trazendo como evidência não ter sido preso. Para isso, ele se vale de uma resposta de formato não conformativo, aberta por um marcador de despreferência (l. 14)

O excerto 12 abaixo mostra a continuação da interação quando o jornalista Bernardo intervém na interação entre a jornalista Thais e o entrevistado, informando a audiência sobre um fato novo que derruba o argumento do entrevistado.

Excerto 12

01	BER.	o senhor já [foi denunciado criminalmen]te deputado
02	BOL.	[nã- são <u>calúnias</u> .]
03	BER.	[por isso.]
04	BOL.	[são <u>calú</u> nias >isso daí<. nada mais nada além
05		disso. <u>calúnias</u> .
06		((linhas omitidas))
07		a misó- POR QUE QUE EU SOU MISÓGINO? (0.6) POR QUE
08		QUE EU NÃO GOSTO DE MULHER?
09		(0.6)
10	THA.	essa é a imagem que o jornal suíço tem do se[nhor.]
11	BOL.	[mas a]
12		imprensa quase de toda de <u>esquerda</u> no mundo. o trump
13		((linhas omitidas))
14	THA.	=então [sobre]
15	BOL.	[>sabe<]
16	THA.	o trump brasi[leiro o quê que o senhor diria]
17		[o que eu <u>tenho</u> do trump]
18		(.)
19	THA.	m:=
20	BOL.	=o: que o Trump sofreu durante a campanha dele
21		((linhas omitidas))
22		[DIMINUIU A CARGA TRIBUTÁRIA, DIMINUIU]
23	RIC.	[o Trump que inventou o fake news]
24	BOL.	A CARGA TRI]BUTÁRIA, .hh RESGATÔ EMPREGO. >.hh tá?< o
25		((linhas omitidas))
26	THA.	o que o se[nhor] tem em comum com [ele no que]=
27	RIC.	[x-]
28	DAN.	[a- é-]
29	THA.	diferi[ria d(ele)]
30	BOL.	[não se:]i só você- <u>ele</u> quer a américa
31		grande eu quero o brasil grande. .hh ele fala em deus
32		(.) eu também falo em de[us.

Aqui, nos chama a atenção, tal qual na pergunta do Frei Davi, a participação de outro jornalista, Bernardo, durante a interação entre Thais e Bolsonaro, para contradizê-lo (l.1). O entrevistado responde utilizando um *account* “calúnias” (l. 2), ou seja, ele está, de fato, interpretando a agenda como acusação. Por fim, ele faz duas perguntas com Q para a jornalista em tom de voz bastante elevado (l. 7-8), buscando informações que justifiquem os atributos. Em seu turno responsivo, a jornalista justifica responsabilizando o jornal suíço (l.10), mas indiretamente também o candidato já que uma imagem é construída pela linha de conduta que ele exibe em suas postagens etc. .

Na linha 16, Thais reintroduz a mesma pergunta com PI sobre a semelhança com Trump. Mais uma vez o candidato escapa da referência aos atributos, encontrando semelhança nas dificuldades do processo de campanha (l. 20 a 24), enaltecendo a perseguição que o presidente americano sofreu pela imprensa e ações positivas de sua administração (l. 22 e 24).

Observa-se aí também o trabalho em equipe dos jornalistas (Bernardo na linha 1, Ricardo na linha 23, Daniela (l.28) que, em sobreposição, tentam tomar o turno, cercando o candidato, para responder ao que ele disse e com novas formulações persegue-se a pergunta não respondida (l.26). Mais uma vez a ação responsiva do candidato foge dos atributos e foca nas metas.

A agenda do racismo é retomada pela terceira vez pelo jornalista Bernardo, nos excertos seguintes, após o entrevistado responder à pergunta sobre o recebimento de auxílio moradia.

Excerto 13

01	BER.	deputado só um esclarecimento da sua: (.) resposta
02		anterio:r .hh é:: o senhor disse que se fosse racista
03		o senhor taria preso. .hh mas o senhor não disse
04		>pro telespectador que o senhor já foi< denunciado
05		pela .hh >procuradora geral da república< por crime
06		de racismo..hh o senhor vai respondê essa denúncia
07		no supremo tribunal federal .hh eventualmente pode
08		ser absolvido eventualmente pode ser condenado. .hhh
09		agora .h o eu queria lhe[pergunta é o [seguir-]
10	BOL.	[a deixa eu respondê essa] daí.
11		(.)
12	BER.	pois não
13		(.)
14	BOL.	a: a denúncia lá: (.) >acima de mim< se você mandá
15		((linhas omitidas))
16	BER.	você acha que a p-g-[r] denuncia [qualque pessoa]
17	BOL.	[não.] [da minha-]
18	BER.	[porque recebeu uma car]tinha?
19	BOL.	[da minha parte]
20		(.)
21		ã? s- QUALQUÉ COI- CARTA ANÔNIMA EU JÁ RESPONDI PROCESSO
22		[POR CARTA ANÔNIMA JUNT- junto ao supremo tribunal]
23	BER.	[>não é carta anônima deputado< o senhor falô o senhor]
24	BOL.	[feredal,]
25	BER.	[ofendeu] os quilombo[las.]

No Excerto 13, vemos que o jornalista Bernardo retoma a agenda do racismo, trazendo informações já anunciadas por ele mesmo no Excerto 12. Dessa vez, ele constrói um prefácio em que expande a informação e marca explicitamente que está se dirigindo à audiência (l. 4). Estamos diante de um prefácio deliberadamente hostil (CLAYMAN e HERITAGE, 2002), porque se refere diretamente ao entrevistado (l. 1) e à audiência (l. 4), revelando informações omitidas pelo entrevistado (l. 3-) que contradizem informações prestadas anteriormente.

Contudo, quando anuncia que fará a pergunta (l. 8), o entrevistado faz uma sobreposição (l. 11) pedindo a oportunidade para responder à implicatura de que por ter sido denunciado já é criminoso. Novamente, a ação responsiva é de defesa: deslegitima o processo (l.9; l. 14; l.21). O que é rebatido pelo jornalista introduzindo uma pergunta polar, que prefere um não como resposta, tendo em vista o uso do diminutivo “cartinha” (l. 16-18) e o fato que motivou a denúncia (l. 25): “ofendeu os quilombolas”.

Conforme nos informa Heritage (2012), o domínio epistêmico relativo dos participantes é fundamental para determinar a função de uma asserção. Nesse caso, o conteúdo da pergunta carrega uma polaridade que prefere a concordância do interlocutor. O entrevistado oferece uma resposta despreferida, porém conformativa, elevando inclusive o tom de voz, como forma de mostrar o peso de qualquer denúncia junto ao STF (l. 19-22). Em seguida, na linha 23, Ricardo contesta a resposta do entrevistado, marcando mais uma vez seu posicionamento epistêmico (C+), fazendo uma acusação explícita de racismo ao entrevistado. Esse comportamento do jornalista também parece ser diferente da entrevista tradicional. Tal qual as diversas sobreposições já apontadas anteriormente para contradizer o entrevistado, parece que objetivo real é que ele confesse, isto é, assuma suas posições, alinhe-se às informações dos jornalistas.

O Excerto 14, a seguir, mostra o desenrolar da interação, após o candidato se defender da acusação do jornalista.

Excerto 14

01	BER.	[você acha] que a ofensa não é racismo.=
02	BOL.	=não é-
03		isso não é racismo. (0.6) ISSO que a:
04		>a senhora raquel dodge entregô< não é

05		. .hh é a ques- é a mesma coisa da
06		racismo [questão que eu recebo de:]
07	DAN.	[o senhor falô que o: o quilom] bola
08		mais leve pesava não sei quantas
09		arro:[bas >né<] que é uma medida que se u[sa]
10	BOL.	[(arroba)] [ã:]
11	DAN.	[pra:] [xxxx]
12	BOL.	[então vamos] revo!gá [eu podia falá] um oitavo
13		de tonelada também.
14		(.)
14	BOL.	qual o problema?
15		(.)
16	DAN.	HH.
17	BOL.	ué NA BRINCADEIRA.
18		((linhas omitidas))
19		PODE SER UMA BRINCADEIRA INFELIZ? .hh PO:DE MAS
20		<u>isso</u> não é raçismo pelo amor de deus=

Bernardo inicia seu turno com mais uma pergunta polar interrogativa negativa do formato “você acha que x não é y” e a completa com a mesma palavra com a qual havia feito a acusação ao entrevistado na linha 25 do Excerto 14 “ofensa” (l.1). Apesar de não ser prefaciada, a pergunta é antecedida por uma acusação de racismo por parte do jornalista e pela defesa por parte do entrevistado. Essa terceira ação do jornalista confirma, assim, a interpretação do entrevistado (HERITAGE, 1984) já que implementa uma trajetória normal para a sequência. Observa-se ainda que a preferência gramatical da pergunta projeta uma resposta SIM, que representaria a própria confissão de racismo.

Na sequência, vemos mais uma sobreposição de outra jornalista, Daniela, também trazendo informações que escalonam a seriedade da acusação de racismo (l. 7). Assim, vemos que a busca por uma confissão é marcada não só no formato da pergunta, e no contexto situacional em que está inserida, mas também pelo trabalho cooperativo dos outros jornalistas no cerco à busca da resposta perseguida, o que é agravado pelas sobreposições para trazer informações que contradizem o que foi dito, colocando o entrevistado em uma situação ainda mais delicada.

O Quadro 8, a seguir, apresenta sinteticamente os resultados das análises até o momento:

AMEAÇA AOS VALORES DEMOCRÁTICOS – PARTE 1				
NUMERO DO EXCERTO	9	10	11 E 12	13 E 14
AGENDA	RACISMO	RACISMO	RACISMO/XENOFOBIA E MISOGENIA	RACISMO
PREFÁCIO HOSTIL	SIM	NÃO SE APLICA – TRATA-SE DA CONTINUAÇÃO DA INTERAÇÃO.	SIM	SIM
INCORPORA PRESSUPOSIÇÕES DO PREFÁCIO	SIM	NÃO SE APLICA	SIM	SIM
TIPO DE PERGUNTA	COM PI	POLAR	COM PI	POLAR
POSICIONAMENTO EPISTÊMICO ENTREVISTADOR	C+	C	C+	C+
AÇÃO PREFERIDA DO ENTREVISTADOR	CONCORDÂNCIA	CONFISSÃO	CONFISSÃO POSICIONAMENTO	CONFISSÃO E POSICIONAMENTO
RESPOSTA DO ENTREVISTADO	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA

Quadro 8: Ameaça aos valores democráticos – Parte 1

5.2.

Xenofobia

Nesta seção, selecionamos uma pergunta que apresenta a agenda do preconceito contra estrangeiros. O assunto foi tratado após o entrevistado ter respondido perguntas sobre o agronegócio e o desemprego da população rural. Apesar de tratar-se de apenas um excerto, acreditamos que a agenda seja de extrema relevância para o foco do nosso estudo, principalmente, porque o tema já havia aparecido na pergunta da Jornalista Thaís em referência ao Jornal Tribune de Geneve. Porém, o entrevistado preferiu tratar apenas do racismo.

Excerto15:

01	BER.	>deputado [uma per]gunta rá[pida] ã[a gente fa]lô de:
02	RIC.	[é:] [dep-] [é:]
03	BER.	o leonêncio falô de: quilom↑bolas (0.4) é:: >enfim<
04		de outras: >minorias aí< que o senho:r (.) é- tem
05		criticado o senhor [recentemente criti]cô os
06	RIC.	[estamos terminando]
07	BER.	refugiados. .hh q disse ue os refugiados são a
08		escória do mundo. .h ao mesmo tempo o senhor pede voto
09		.h em igrejas evangélicas, se apresenta como cristão.

10		.h o senhor sabia que jesus cristo foi refugiado?
11		(.)
12	BOL.	olha só .hh (1.2) eu nunca generalizei o tocante a
13		refugiado.
14		((linhas omitidas))
15	BOL.	[ISSO NÃO É] XENOFOBIA..h ISSO É CUIDÁ DO SEU PAÍS, .hh
16	RIC.	[deputado]
17	BOL.	CUIDÁ DA SUA PÁTRIA (.) E >PONTO FINAL.<

O jornalista Bernardo se dirige ao entrevistado fazendo um *account* por meio do qual explica que será uma pergunta rápida (l.1), tendo em vista o término do programa. Posteriormente, constrói seu turno com um prefácio de caráter hostil, já que coloca o candidato em uma situação delicada frente à audiência (CLAYMAN e HERITAGE, 2002).

O apresentador, Ricardo Lessa, em sobreposição lembra que o tempo do programa está acabando. Na sequência, Bernardo introduz uma pergunta polar (l. 9-10) cujo objetivo não é a busca por informação, mas sim por uma confissão de que é xenófobo, já que o conteúdo da pergunta é de conhecimento geral e incorpora as pressuposições negativas do prefácio, não abrindo oportunidade para que o ele as conteste. O jornalista contrasta o político que rechaça os refugiados (l. 7) com o político que se apresenta como cristão (l. 9).

Mais uma vez, o entrevistado inicia sua resposta com um marcador de despreferência (Olha só...) (l. 12). seguido de uma série de *accounts* para se defender (l. 15), o que nos mostra que ele interpretou a pergunta como acusação.

5.3.

Segurança pública

Além do racismo e da xenofobia, outra agenda relacionada aos princípios do Estado Democrático de Direito é aquela relativa à segurança pública, uma vez que os métodos de controle da criminalidade nem sempre se mostram sustentados pelos direitos garantidos na Constituição a qualquer cidadão que vive em território brasileiro.

O Excerto 16, por exemplo, aborda a questão dos métodos de controle da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro.

01	THA.	[uma pergunta] sobre a sua especialidade.
02		.hh o senhor falô recentemente numa reunião com um
03		(0.5) num- num banco de investime:ntos .hh falando
04		especificamente sobre aquela situação dos duzentos
05		traficantes que fugiram da Rocinha. (1.3) aí o senhor
06		((linhas omitidas))
07		disse que (.) <s:e estivesse> se o caso estivesse nas
08		suas mãos .hh que o senhor usaria o seguinte mé:todo
09		[>.hh<] que o senhor distribuiria panfletos por
10	BOL.	[°tá°]
11	THA.	helicópteros >.hh< dizendo que os bandidos se
12		rendessem em seis horas .hh e CAso eles não se
13		rendessem em seis horas aí o senhor m:andava
14		metralhar :tudo .hh e:- (0.5) o senhor disse que >um
15		caso como esse< não aconteceria mais se o senhor
16		fosse presidente. .hh (.) >gostaria de sabê< como o
17		senhor pretende resolvê casos como esse.=
18		=>>vamo lá<<
19	BOL.	.hh eu fui entrevista:do >pelo senhor<
20		((linhas omitidas))
21		>TU ACHA QUE< SE EU TIVESSE FALADO UMA BARBARIDADE
22		dessa com TODA A MÍDIA PREsente .hh pra MAIS de duas
23		mil pessoas >.hh< NO MESMO DIA >eu não seria
24		bombardeado nas mídias so[ciais?<]
26		((linhas omitidas))
27	THA.	=mas
28		metralhá a rocinha (.) era u[ma {expressão}]
29	BOL.	[NUNCA FA]LEI METRALHÁ
30		A ROCINHA.
31		(.)

A jornalista Thais abre o turno introduzindo a questão do combate ao crime como um tópico da competência do entrevistado como militar (1.1), o que também implica o conhecimento das normas que regulam os métodos de combate ao crime. Em seguida, inicia o prefácio com o relato de uma cena em que o entrevistado teria apresentado um método de combate ao crime que viola o Artigo 5 da Constituição Federal de 1988, o qual assegura o direito à vida e à justiça e que, em LIII, estabelece que ninguém será processado nem sentenciado senão por autoridade competente (1.08-14). Dada a natureza das informações apresentadas, trata-se de um prefácio obviamente hostil, pois coloca em xeque os objetivos políticos do candidato (CLAYMAN e HERITAGE, 2002). Após esse prefácio, a jornalista introduz uma pergunta aberta, do tipo de PI, mas que, no contexto, restringe as possibilidades de resposta, já que o método de acabar com bandidos já tinha sido

apresentado pelo próprio candidato. Mais uma vez, a resposta é defensiva. O candidato reconhece a existência do encontro, mas nega por meio de uma pergunta retórica que a fala tivesse sido pública (l. 21-24). E justifica não ter dito em público não porque não pensaria isso, mas porque dizer isso implicaria ser bombardeado nas mídias sociais. A jornalista ignora o argumento do entrevistado e reformula sua pergunta polar, tornando-a mais específica (l. 28). Ela quer uma confissão de que ele falou isso. Contudo, o entrevistado responde com mais uma resposta despreferida, negando ter feito tal afirmação (l. 27-30).

O jornalista Leonêncio também abordou a agenda da segurança pública ao introduzir o tema de Intervenção Federal no Rio de Janeiro para garantia da segurança pública. Vejamos como o tema foi abordado no Excerto 17, a seguir:

Excerto 17

01	LEO.	[a- agora deputa↓do]
02		forças armadas não deu ↑certo no rio ↑né [xx]
03	BOL.	[não] deu
04		porque é ↑ló:gico >que não deu. não temos< retaguarda
05		jurídica. .hh não tem a forma de engajamento .hh por
06		((linhas omitidas))
07	LEO.	[retaguarda jurídica é o quê] licen]ça
08	BOL.	[>POR QUE QUE DEU CERTO NO HAITI E NÃO DEU NO BRASIL?<]
09	LEO.	pra p-[m matá inocente?]
10	BOL.	[OLHA ↓SÓ VOCÊS] DIZEM QUE NÓS ESTAMOS EM
11		.hh QUE GUERRA É ESSA QUE SÓ UM LADO PODE ATIRÁ.
12		((linhas omitidas))
13	THA.	=então o quê que o [senhor faria?]
14		((linhas omitidas))
15	BOL.	[OLHA (.) SE O CONGRESSO ME DER] .hh O
16	BOL.	EXCLUDENTE DE ILICI↑TUDE (0.4) >PODE TER CERTEZA<
17		((linhas omitidas))
18	DAN.	[É CARTA BRANCA PRA MATÁ é isso]
19	RIC.	[deputado é:: daniela me desculpe]
20	DAN.	de[pu↑tado precisa de] [carta branca pra]] [matá.]
21	BER.	[>então não precisa] nem de[justiça?<]]
22	BOL.	[NÃ::O.]
23	RIC.	[xxxx me desculpe]
24	BOL.	[VOCÊ]
25		NÃO VAI MATÁ NÃ::O. VOCÊ DEIXA ELE ATIRÁ EM VOCÊ E
26		PODE DÁ UMA FLORZINHA NELE. (.) tá oquei?

O jornalista inicia seu turno com uma pergunta declarativa negativa seguida de partícula interrogativa também negativa (l. 2). De acordo com Heritge (2002, p.

1433), o componente negativo das partículas interrogativas, por uma questão de contiguidade, prefere uma concordância. Além disso, existe uma projeção da negativa constante da declarativa. Some-se a isso o fato de que, em função do posicionamento epistêmico (C+) do jornalista sobre a intervenção federal no RJ, a partícula interrogativa no contexto pode funcionar para obter confirmação ou suporte para um ponto de vista (HERITAGE, 2012, p. 14).

Desta vez, o entrevistado oferece uma resposta conformativa (l. 3), concordando com a afirmação, mas introduzindo uma explicação sobre o motivo do fracasso (l.4 e 5) da intervenção. Em seguida, o jornalista verifica o entendimento da expressão retaguarda jurídica (l. 7 e 9) como licença para matar inocente. Em sua ação responsiva, o candidato justifica a necessidade desse direito comparando o sentido metafórico da guerra no Rio de Janeiro ao sentido denotativo de guerra, como a do Haiti.

Na sequência, vemos mais uma vez o trabalho em equipe dos jornalistas, quando a jornalista Thais aproveita o gancho para retomar a pergunta que havia feito ao candidato (l.13): então o que o senhor faria? Aqui a pergunta é de fato aberta, propiciando várias possibilidades de candidatos à resposta. Em sua ação responsiva, o candidato oferece uma resposta conformativa indicando o que ele precisaria (l.16), mas reconhecendo a necessidade de aprovação pelo Congresso.

Em um outro movimento de trabalho em equipe em busca de um posicionamento explícito sobre o tema, a jornalista Daniela checa o entendimento de excludente de ilicitude como carta branca para matar, desta vez com um pedido de confirmação: é isso? (l. 18). Observa-se aí uma briga pelo turno entre os jornalistas, com a entrada de Ricardo (l. 19), Daniela (l. 20) agora questionando a condição estabelecida (l. 20), o que é corroborado por Bernardo (l. 21). Observe-se que uma série de perguntas em cascata (Clayman e Heritage (2002b, p. 756) em sobreposição, vão afunilando a pergunta, de modo a fazer com que o entrevistado assuma uma posição que o coloque em xeque, conforme já vimos anteriormente o que falam Clayman e Loeb (2018, p. 128) sobre as perguntas polares de posicionamento político. Sem saída, o entrevistado dá uma resposta irônica apresentando uma alternativa (l. 25-26) que, sendo absurda, como se não houvesse outro método, agrada a uma parte do seu eleitorado que acredita que bandido bom é bandido morto.

Na mesma linha, de discutir o direito de matar, outra pergunta é introduzida, sendo que agora o contexto não é o de matar criminosos, mas sim o de matar aqueles que pensam diferente, que se opõem ao governo. O apresentador anuncia que ouvirão a gravação de uma pergunta de outro convidado e também reporta a todos que o programa está em primeiro lugar mundial de audiência no *Twitter* naquele momento, graças aos seguidores do entrevistado.

Excerto 18

01	RIC.	v(h)amos a(h)gora .hh à pergunta feita pelo jurista
02		e ex ministro da justiça (.) josé gregório.
03		(1.4)
04	JOS.	o: deputado teria dito na tribuna da câmara (.) .hh
05		que um dos erros da revolução (1.4) chamada revolução
06		por ele .hhh movimento (0.7) militar de sessenta e
07		quatro .hh teria sido (.) .hh não mandá fuzilar fernando
08		henrique cardoso (.) e josé gregório. (.) é verdade?
09		(1.3)
10	BOL.	olha (1.4) quanto a f-h-c eu falei quanto a:o teu nome
11		((linhas omitidas))

O jurista inicia seu turno com um prefácio construído no qual reporta de forma modalizada “teria dito” (1.3) uma fala do entrevistado na tribuna da Câmara. Em seguida, ele faz uma pergunta polar que permite ao deputado refutar ou não o ocorrido (l. 8).

O entrevistado, por sua vez, responde à pergunta, porém de forma não conformativa, visto que seu turno é introduzido pelo marcador de despreferência “olha só” (l. 10), seguido de uma confirmação parcial, justificada por um account. Mas a justificativa é que Gregório “não merecia essa atenção” porque era um “guerrilheiro de garganta”. Assim, o entrevistado não compreende que não é razoável falar em fuzilar alguém em um Estado Democrático de Direito, mas sim que uma pessoa não tem influência suficiente para merecer ser fuzilada.

Após a resposta do entrevistado, a agenda mudou respectivamente para a carreira militar e parlamentar do deputado. Até que a jornalista Maria Cristina retoma o caso de Gregório.

Excerto 19

01	MAR.	=só- só-o gregório só pra terminá esse capítulo
02		gregório. o senhor te:m nos dito aqui que ↑muitas das

03		afirmações que o senhor fez no passado .hhh não faria
04		de novo que o senhor mudô:: o senhor f- falô isso n-
05		de >certa maneira< acuda:do por um mome:nto o senhor era o
06		único capitão do exército a↑li .hhh numa bancada muito
07		grande de ex exilados e ↓tal. >mas a- a-< ao respondê
08		ao: ex ministro josé gregório o senhor acabô de dizê (.)
09		que .hh é:: ele não mereci:a ser fuzi↓lado >que ele< não
10		tinha [calibre pra (tanto).]
11	BOL.	[>>eu- eu não sei (nem) o nome] dele.<<
12		(0.4)
13	MAR.	uv- >>ele não merecia< ser fuzilado que ele não tinha
14		calibre pra tanto.< foi o me:smo argumento que o senhor
15		usô .hh pra dizê que a deputada >maria do rosário< não
16		merecia ser estuprada. >>o eleitor<< deve realmente
17		acreditá .hh que o sen[hor]
18	BOL.	[(>>mas] não é <°)=
19	MAR.	=mudô (.) [em]
20	BOL.	[não.]
21	MAR.	relação a essas opiniões mais .hh é- extremadas que o
22		[senhor já: já é- exibiu]
23	BOL.	[↓não olha ↓só questão maria do] rosário começô em dois
24		((linhas omitidas))
25	MAR.	=o
26		senhor acha que as pessoas podem merecê ser estupradas
27		e mere[cê ser fuzila:das]
28	BOL.	[ninguém merece ser estuprada]
29		(.)
30	MAR.	[pois ↓é (>é isso que eu acredito<)]

A jornalista inicia seu turno com um *account* justificando a volta ao caso do Gregório para terminar aquele assunto do fuzilamento. Em seguida ela constrói um prefácio hostil (CLAYMAN e HERITAGE, 2002), que coloca o entrevistado em contradição com aquilo que ele mesmo vem dizendo durante a entrevista em relação a suas afirmações mais radicais do passado. Essa contradição é marcada na linha 7 por meio do marcador adversativo “mas”.

A jornalista não deixou passar a resposta dele sobre o Ex-ministro José Gregório (l. 9). Ela completa o seu prefácio lembrando a audiência que o entrevistado já havia usado esse mesmo argumento (l. 9) em relação à deputada Maria do Rosário, dizendo que ela não merecia ser estuprada (l. 14), não por ter seus direitos reservados, mas por não ter os atributos que o entrevistado julga necessários para tal.

Somente na linha 15, a jornalista apresenta uma pergunta polar que, longe de ser neutra, antecipa uma resposta negativa, com base no argumento apresentado

no prefácio: ele não mudou. Como nos apontam Heritage, 2002; e Clayman e Heritage 2002, dependendo do posicionamento epistêmico do entrevistador, ele não está buscando uma informação desconhecida, mas sim a confirmação de um ponto de vista. No caso em análise, ao relembrar, inclusive o argumento usado pelo entrevistado em um episódio anterior à entrevista, a jornalista deixa claro que não acredita em tal mudança.

O entrevistado, em contrapartida, inicia seu turno (l. 23) com um marcador de despreferência que atrasa a resposta (“Não, olha só”) e por um *account* sobre o contexto da sua fala. Novamente, o candidato não responde à pergunta diretamente, mas indiretamente mostra que não mudou, pois continua acreditando que sua resposta justifica sua fala. Nas linhas 25-27 a jornalista, então, especifica a pergunta polar de posicionamento político (Clayman e Loeb, 2018).

O entrevistado, em sobreposição, oferece uma resposta despreferida gramaticalmente (l. 28), porém conformativa quanto ao que foi perguntado, atendendo à preferência social de uma sociedade democrática de direito na qual o estupro é um crime previsto no código penal. Salienta-se, no entanto, que o entrevistado não menciona o fuzilamento, afinal, ele já havia acabado de confirmar durante a entrevista que Fernando Henrique merecia ser fuzilado, mas Gregório não. Vejamos a compilação da análise feita na agenda de segurança pública no Quadro 9, a seguir:

AMEAÇA AOS VALORES DEMOCRÁTICOS – PARTE 2				
NUMERO DO EXCERTO	16	17	18	19
AGENDA	SEGURANÇA PÚBLICA			
PREFACIO HOSTIL	SIM	NÃO SE APLICA	SIM	SIM
INCORPORA PRESSUPOSIÇÕES DO PREFACIO	SIM	NÃO SE APLICA	NÃO	SIM
TIPO DE PERGUNTA	COM PI	POLAR	POLAR	POLAR
POSICIONAMENTO EPISTÊMICO ENTREVISTADOR	C+	C+	C+	C+
AÇÃO PREFERIDA DO ENTREVISTADOR	CONFISSÃO/ POSICIONAMENTO	CONFISSÃO	CONFISSÃO	CONFISSÃO
RESPOSTA DO ENTREVISTADO	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA	DESPREFERIDA

Quadro 9: Ameaça aos valores democráticos – Parte 2

Neste capítulo, vimos que a agenda dos jornalistas girou em torno de questões relacionadas à falta de tolerância à diferença de pensamento, de orientação sexual, de raça, nacionalidade, assim como de métodos de combate aos criminosos.

O trabalho ofensivo dos jornalistas buscou levar o candidato a assumir essas posturas que ferem os direitos estabelecidos pela Constituição a todos os cidadãos brasileiros ou que vivem no Brasil. As perguntas não buscavam informação nova, mas confirmação do que o próprio candidato já tinha demonstrado em suas falas ou ações.

6.

Considerações finais

Conforme apresentado na introdução, o que motivou nosso interesse de pesquisa foi examinar como os aspectos linguísticos e interacionais mobilizados pelos entrevistadores contribuíram para uma discussão na mídia e nas redes sociais sobre o papel do jornalista e a função das perguntas em entrevista jornalística a um candidato à Presidência da República. Mais especificamente, vislumbramos i) identificar as perguntas e agendas que colocaram os objetivos políticos do entrevistado em risco; ii) descrever os tipos e formatos dessas perguntas, levando em consideração noções como a preferência e pressuposições envolvidas na sua construção; e iii), identificar nas ações responsivas do entrevistado os objetivos que ele atribuiu às ações iniciais, pautados em uma perspectiva êmica.

Com base na análise, concluímos que a adversariedade da entrevista em tela materializou-se a partir da exposição de dois eixos temáticos que implicavam em riscos aos objetivos políticos do candidato, um voltado para o contraste entre o discurso e a prática do entrevistado durante sua trajetória política e outro dedicado a às contradições de uma campanha eleitoral marcada por valores não democráticos.

A partir desses dois eixos, identificamos 5 recursos linguísticos mobilizados pelos entrevistadores que manifestam a adversariedade da entrevista em foco: i) o uso de prefácios hostis; ii) o uso de preferência sintática e social; iii) a perseguição da resposta satisfatória; iv) o uso de perguntas abertas restritivas; e v) o uso de posicionamento epistêmico C+ para restringir e contestar as respostas do entrevistado.

O uso dos prefácios mostrou-se importantíssimo para o exercício da adversariedade nas perguntas. Conforme descrito na literatura (POMERANTZ E HERITAGE, 2013, P. 214), os prefácios são uma marca de atos não preferidos, isto é, um modo de marcar que uma dada ação está sendo evitada. No entanto, no nosso contexto, eles agravam a ação, mostrando que o jornalista não está querendo evitá-la. Esses atos, também chamados por Clayman e Heritage (2002b, p. 763) de prefácios hostis, foram construídos com informações que desafiam e colocam o candidato em uma situação delicada (CLAYMAN, 2010) e restringem possibilidades de resposta.

É a partir dos prefácios que os jornalistas e os entrevistadores convidados marcam seu posicionamento epistêmico de maior conhecimento para: i) buscar uma resposta desejada; ii) apresentar informações que serão tomadas pressuposições na construção da pergunta; iii) tornar as perguntas mais restritivas, mesmo aquelas de formato aberto; e iv) enaltecer a preferência social para alguns atos que violam os valores democráticos, dentre os quais destacamos um dos mais delicados, a moralidade.

O segundo recurso diz respeito ao uso da preferência gramatical e social combinadas. As perguntas não buscavam por informações, mas sim, por confissões, posicionamentos e contradições que colocassem os objetivos políticos do entrevistado em xeque. Elas foram construídas de modo que o entrevistado não tivesse saída, como é o caso do Excerto 19, no qual o ele deveria responder a uma pergunta de sim e não sobre sua mudança em relação a uma fala extremada do passado sobre merecer ser estuprada (caso Maria do Rosário) e merecer ser fuzilado (caso Ex-Ministro José Gregório).

No exemplo acima, caso ele respondesse que sim, cairia em contradição pois tinha acabado de usar o mesmo argumento do passado ao se referir àquele ministro. Caso respondesse que não, também cairia em contradição com a preferência social, já que em uma sociedade democrática de direito não coaduna com atos tão bárbaros como o estupro e o fuzilamento.

O terceiro recurso de adversariedade está relacionado à perseguição de uma resposta satisfatória por parte dos jornalistas. Eles materializaram essa busca por meio de três estratégias: i) novas reformulações da mesma pergunta – como é o caso do Excerto 11, no qual a jornalista Thaís reformula 3 vezes a pergunta sobre as semelhanças e diferenças com Trump; ii) a utilização de perguntas em cascata, que afunilam e especificam aquilo que o jornalista quer de fato que o entrevistado faça – no Excerto 17, o jornalista Leonêncio pede explicações sobre o que é retaguarda jurídica e define o termo como “licença para matar inocente”; e iii) o trabalho em equipe dos jornalistas que interferem nas agendas de seus colegas para contestar o entrevistado – Ainda no Excerto 17 a jornalista Daniela, em sobreposição, reformula a pergunta de Leonêncio e transforma “licença pra matar inocente” em “carta branca pra mata”.

O quarto recurso foi o uso de perguntas abertas, porém, com uma função diferente daquela descrita na literatura. Ao invés de dar liberdade para o

entrevistado responder, elas implicavam, ao contrário, em restrições de resposta. É o caso, por exemplo, das perguntas com PI feitas pelo Frei Davi quanto à política de cotas (Excerto 8) e a pergunta da jornalista Thaís no caso dos traficantes da rocinha (Excerto 16). A primeira delas exerce uma restrição maior porque independe do prefácio e por si só incorpora informações que implicam necessariamente a manutenção da política de cotas. A segunda, ao contrário, exerce uma restrição com base no prefácio, uma vez que este já oferece o procedimento a ser utilizado pelo candidato: metralhar os traficantes. Enquadra-se também nesse perfil a pergunta de busca aberta feita pelo jornalista Bernardo em relação ao dinheiro da JBS. Apesar de abrir espaço para explicações, ela já informa em sua construção que o dinheiro entrou e saiu da conta.

O quinto recurso identificado foi o uso do posicionamento epistêmico C+, materializado tanto nas primeiras ações dos jornalistas para restringir as respostas quanto nas terceiras suas terceiras ações para contestar as respostas do entrevistado consideradas insatisfatórias. Essas ações muitas vezes foram realizadas em sobreposição e evidenciaram um trabalho em equipe dos jornalistas para a perseguição da resposta desejada. Na agenda sobre Racismo, por exemplo, no Excerto 9, a jornalista Daniela contesta a resposta do entrevistado à Maria Cristina; no Excerto 12, o jornalista Bernardo contradiz a resposta do candidato dada à Thaís; e no Excerto 14, Daniela também contesta a resposta do entrevistado dada ao jornalista Bernardo.

Salientamos as contribuições deste estudo para a literatura sobre entrevista em contexto brasileiro. Foi possível verificar que grande parte das perguntas não buscavam por informações, mas, sim, por confissões, posicionamentos e contradições que colocassem os objetivos políticos do candidato em xeque. Destacamos ainda o caráter restritivo das perguntas abertas, seja por seu conteúdo seja por incorporar as pressuposições prefaciais.

No que diz respeito ao estudo das interações conflituosas, verificamos que os jornalistas abrem mão da deferência tradicional desse tipo de fala em interação para dizer diretamente o que entendem por uma campanha repleta de contradições e informações deliberadamente modificadas e, por vezes, omitidas para favorecer aos objetivos políticos do entrevistado. Chamamos a atenção para o fato de que as relações conflituosas entre a imprensa e a classe política emergiu durante a campanha eleitoral em meados de 2018. Contudo, hoje, em março de 2020, essa

agenda se mostra ainda mais relevante tendo em vista as constantes relações conflituosas do atual governo com os jornalistas, com ataques tanto nas redes sociais quanto na tribuna em eventos parlamentares.

Assim, é importante que os profissionais de comunicação reflitam sobre o papel que desejam ocupar, principalmente nos manuais de formação, a fim de evitar que práticas importantes para o exercício da profissão sejam rotuladas como negativas. Ao mesmo tempo, é preciso que discutam melhores formas de exercer seus direitos sem ultrapassar os limites da moralidade.

No que tange às contribuições aplicadas ressaltamos a importância de estudos sobre jornalismo a partir de dados empíricos, haja vista que a literatura da área de comunicação a que tivemos acesso, apresenta muitas definições e regras de conduta, sem no entanto partir de resultados de pesquisas. Entendemos também que, ao descrever o caráter adverso como um fenômeno sequencial e materializado linguisticamente, trazemos insumos sobre a descrição dos limites da subjetividade e da objetividade na prática jornalística.

Salientamos também o paradoxo legalidade versus moralidade apresentado no título dessa dissertação e utilizado como fio condutor de toda a entrevista. Refletimos acerca dos direitos e deveres tanto dos jornalistas quanto do entrevistado, que representa a classe política. Aqueles têm o direito e o dever de levar a informação à mídia, mas a que custo? Até que ponto é moral encurralar o entrevistado por todos os lados a fim de ouvir um alinhamento pré-estabelecido com base em seus próprios posicionamentos políticos? De igual forma, o entrevistado, um político eleito, na tentativa de alcançar a presidência, tem o direito de apresentar suas propostas, mas tem a obrigação de não omitir e de não dissimular seus erros no decorrer de sua trajetória política. Ademais, ele tem a obrigação de zelar para com os valores democráticos da pátria à qual se candidata para exercer a função mais importante, a presidência.

Em suma, a análise empreendida tornou possível descrever como o caráter adverso das perguntas foi construído linguística e interacionalmente nas perguntas examinadas. O que precisamos agora é de pesquisas futuras que, adotando a mesma abordagem teórico-metodológica, possam comparar o comportamento dos jornalistas com outros candidatos em outras mídias e, ademais, examinar a ocorrência desses fenômenos em outros tipos de entrevista.

7.

Referências bibliográficas

BOLSONARO, J. **RODA VIVA**: Entrevista com Jair Bolsonaro. [JUL. 2019]. Entrevistadores: LESSA, R; LIMA, D; OYAMA, T. FERNANDES, M. C.; FRANCO, B. M; e NOSSA, L. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0> . Acesso em: 01 ago 2019.

BOLINGER, D. L. Interrogative Structures of American English: The Direct Question. **American Dialect Society**, n. 28, 1957, Alabama: University of Alabama Press.

CLAYMAN, S. Questions in Broadcast Journalism. In: FREED, A. F.; EHRLICH S. **‘Why do you ask?’ The Function of Questions in Institutional Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CLAYMAN, S. Answers and evasions. **Language in Society**, n. 30, 2001. p. 403–442. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231786546_Answers_and_Evasions/link/546f5b920cf2d67fc0310efe/download>. Acesso em: 1 ago. 2019.

CLAYMAN, S. E. et al. When Does the Watchdog Bark? Conditions of Aggressive Questioning in Presidential News Conferences. **American Sociological Review**, v. 72, n. 2005, 2007. p. 23–41.

CLAYMAN, S. E.; GILL, V. T. Conversation Analysis. In: GEE, P. S.; HANDFORD, M. (Eds.). **The Routledge Handbook of Conversation Analysis**. London and New York, 2012. p. 120-134.

CLAYMAN, S. e HERITAGE, J. 2002a. **The News Interview**: Journalists and Public Figures on The Air. Cambridge: Cambridge University Press.

CLAYMAN, S. E.; HERITAGE, J. Questioning presidents: journalistic deference and adversarialness in the Press Conferences of U.S. presidents Eisenhower and Reagan. **Journal of Communication**, [S.l.], v. 52, n. 4, 2002b. p. 749-775.

CLAYMAN, E. & LOEB, L. Polar Questions, Response Preference, and the Tasks of Political Positioning in Journalism, **Research on Language and Social Interaction**, Vol. 51, n. 2, 2018. P. 127-144. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324783613_Polar_Questions_Response_Preference_and_the_Tasks_of_Political_Positioning_in_Journalism Acesso em: 10 de outubro de 2019.

DREW, P. Turn desing. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Orgs.). **The handbook of conversation analysis**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 131-149

EMERIM, C. A produção da entrevista na tevê. **Animus (Santa Maria)**, v. XIII, p. 11-25, 2008. Disponível em: <<http://ceisme.fr/equipe/mfch/Animus.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2019.

EKSTRÖM, AT. AL. Biased Interrogations: A multi-methodological approach on bias in election campaign interviews. **Journalism Studies**, 14:3, 423-439. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263335358_BIASED_INTERROGATIONS Acesso em: 3 out. 2019.

ESSENFELDER, R. Marcas da presença da audiência em uma entrevista jornalística. **Revista virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 3, n. 4, março de 2005, 23 p. Disponível em: http://www.revel.inf.br/iles/artigos/revel_4_marcas_da_presenca_da_audiencia.pdf f. Acesso em: 3 out. 2019.

FÁVERO, L. L; ANDRADE, M. L. C. V. O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino (Org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1998. p. 153-178. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/maluv003.pdf> Acesso em: 1 ago. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**, 1996. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_e.htm. Acesso em 3 fev. 2017.

FREED, A. F.; EHRLICH S. The Function of Questions in Institutional Discourse: An Introduction. In: FREED, A. F.; EHRLICH S. **‘Why do you ask?’ The Function of Questions in Institutional Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 3-19.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. New Jersey: Prentice Hall, 1967.

HERITAGE, J. Conversation Analysis. In: **Garfinkel and Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984. p. 245-265.

HERITAGE, J. The limits of questioning: negative interrogatives and hostile question content. **Journal of Pragmatics**, [S.l.], v. 34, n. 10-11, 2002a. p. 1427-1446.

_____. Designing questions and setting agendas in the news interview. In J. Mandelbaum, P. Glenn, & C. LeBaron (Eds.), **Studies in language and social interaction**. Mahwah, NJ: Erlbaum, Mahwah NJ: Erlbaum, 2002b, p. 57-90.

_____. Questioning in medicine. In: FREED, A. F.; EHRLICH, S. **Why do you ask?** The function of questions in institutional discourse. New York: Oxford University Press, 2010. p. 42-68.

_____. The epistemic engine: sequence organization and territories of knowledge. **Research on Language and Social Interaction**, [S.l.], v. 45, n. 1, 2012a. p. 30-52.

_____. Epistemics in Action: Action Formation and Territories of Knowledge. John Heritage. **Research on Language and Social Interaction**, [S.l.], v. 45, n. 1, 2012b. p. 1-29.

Heritage, J. e Clayman, S. The changing tenor of questioning over time. *Journalism Practice* 2003, vol. 7, no. 4, p. 481–501.

JEFFERSON, G. **Transcript notation**. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. *Structures of Social Action: studies in conversation analysis*. New York: Cambridge University Press, 1984. p. ix-xvi.

KONRAD, P. G; OSTERMANN, M. C. **A Busca vs. o Resguardo de Informações Acerca dos Crimes em Interrogatórios Policiais: um olhar sob a perspectiva da fala-em-interação**. São Leopoldo, RS, 2018. p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LEVINSON, S. C. **Activity types and language**. In: P. DREW, & J. HERITAGE (Eds.), **Talk at work: Interaction in institutional settings**. Cambridge University Press, 1992. p. 66-100.

PEREIRA, H. P. A entrevista no jornalismo brasileiro, uma revisão de estudos. **Estudos em jornalismo e mídia**, vol. 14, p. 139-149, Jul.-Dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p139>>. Acesso e 01 out. 2019.

PESSOA, S. Roda Viva com Bolsonaro: O erro dos jornalistas foi confundir sua posição profissional com seus próprios valores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2018. Caderno mercado, p. 7.

POMERANTZ, A.; HERITAGE, J. Preference. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Orgs.). **The handbook of conversation analysis**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 210-228.

PSATHAS, George. **Conversation Analysis. The study of talk-in-interaction**. Thousand Oaks, Sage Publications, 1995.

MAYNARD, D. W. Everyone and No One to Turn To: Intellectual Roots and Contexts for Conversation Analysis. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Eds.). **Handbook of Conversation Analysis**. New York: Blackwell-Wiley, 2013. p. 11-31.

MAROCCO, Beatriz. Entrevista jornalística, conissão e as neoconissões na mídia brasileira. **Rumores**, vol. 10, p. 105-121, Jun.-Dec. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51254>>. Acesso em: 01 out. 2019 Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51254>

Quirk et al. **A Comprehensive Grammar of the English Language**. London: Pearson Longman, 1985.

RAYMOND, G. Grammar and social organization: Yes/no interrogatives and the structure of responding. **American Sociological Review**, [S.l.], v. 68, n. 6, p. 939-967, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/287331/Grammar_and_Social_Organization_Yes_No_Interrogatives_and_the_Structure_of_Responding?auto=download> Acesso em: 3 out. 2019.

Roth, A. (1998). Who makes news: Descriptions of television news interviewers' public personae. **Media, Culture, and Society**, Vol. 20. p. 79-107

SARDENBERG, C. A. **Jornalistas, não robôs**. O GLOBO, Rio de Janeiro, 6 set. 2018. Cardero Opinião, p. 3.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language**, [S.l.], v. 50, n. 4, 1974, p. 696-735. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283618186_A_Simplest_Systematics_for_the_Organization_of_Turn-Taking_for_Conversation>. Acesso em: 1 ago. 2019.

SACKS, H. Notes on methodology. In: J. M. Atkinson & J. Heritage (Eds.). **Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984. p. 21-27.

SACKS, H. Lecture One: Rules of Conversational Sequence. **Human Studies**, v. 12, n.2, p. 217-227, 1989. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/300730632_Rules_of_Conversational_Sequence> Acesso em: 5 set. 2019.

SCHEGLOFF, E. A. (1968). "Sequencing in Conversational Openings." **American Anthropologist**, Vol. 70, n. 06, 1968, pp. 1075-1095.

SCHEGLOFF, E. Analyzing Single Episodes of Interaction: An Exercise in Conversation Analysis. **Social Psychology Quarterly**, v. 50, n. 2, Special Issue: Language and Social Interaction, p. 101-114, 1987.

SCHEGLOFF, E. e SACKS, H. Opening Up Closings. **Semiotica**. Vol. 8. 1973, p. 289-327. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229068180_Opening_Up_Closings>. Acesso em: 3 ago. 2019.

STIVERS, T. An overview of the question-response system in American English Conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 42, n. 10, 2010, p. 2772-2781. Disponível em: <https://www.academia.edu/20638040/An_overview_of_the_question_response_system_in_American_English_conversation>. Acesso em: 1 ago. 2019.

STIVERS, T. e ROSSANO, F. Mobilizing Response, **Research on Language and Social Interaction**, Vol. 43. n. 1, 2010. p. 3-31. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/50435668_Mobilizing_Response>. Acesso em: 3 out. 2019.

WATSON, R.; GASTALDO, E. **Etnometodologia e Análise da Conversa**. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes / PUC-Rio, 2015

WEBER, E. G. **Varieties of Questions in English Conversation**. Portada: University Microfilms, 1993, p. 212.